

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026

CÂMARA MUNICIPAL DE PARÁ DE MINAS

UASG 928446

OBJETO:

Aquisição e implantação de sistema integrado de videomonitoramento por câmeras IP (CFTV), com fornecimento de equipamentos e serviços de instalação, configuração e entrega em pleno funcionamento, para atendimento das necessidades de segurança institucional da Câmara Municipal.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:

R\$ 208.120,01 (duzentos e oito mil, cento e vinte reais e um centavo).

DATA E HORÁRIO DA SESSÃO PÚBLICA:

20 / 05 / 2026 às 09 horas (horário de Brasília)

SÍTIO ELETRÔNICO:

<https://www.gov.br/compras/pt-br>



CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por lote

MODO DE DISPUTA:

Aberto

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026
EDITAL 01

Torna-se público que a **CÂMARA MUNICIPAL DE PARÁ DE MINAS**, inscrita no CNPJ sob o nº 20.931.994/0001-77, sediada na Avenida Presidente Vargas, nº 1935, Bairro Senador Valadares, nesta cidade de Pará de Minas/MG, por meio da Divisão de Compras e Gestão de Contratos, realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), da [Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), da [Lei Municipal nº 5.142, de 07 de fevereiro de 2011](#), da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022](#), do [Ato da Mesa Diretora nº 01/2024](#) desta Casa e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Agente de Contratação / Pregoeiro(a): Fernanda Teixeira Almeida

Equipe de Apoio: Mariana Marques Altivo

Agente de Contratação / Pregoeiro(a) e Equipe de Apoio designados pela Portaria nº 34, de 06 de abril de 2026 e Portaria nº 35, de 06 de abril de 2026.

I – DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição e implantação de sistema integrado de **videomonitoramento por câmeras IP (CFTV)**, com fornecimento de equipamentos e serviços de instalação, configuração e entrega em pleno funcionamento, para atendimento das necessidades de segurança institucional da Câmara Municipal, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em **lote único**, conforme especificado no Termo de Referência (**Anexo I**).

1.3. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no Edital e as constantes no CATMAT e/ou CATSER, **prevalecerão as especificações deste Edital**.

II – DO CADASTRAMENTO NO SISTEMA E DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF – e perante o sistema eletrônico de compras do Governo Federal, por meio do sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no **SICAF** até o **terceiro dia útil anterior** à data prevista para recebimento das propostas.

2.1.2. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia (SEGES), onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento, bem como receber as instruções detalhadas de sua correta utilização.

2.1.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.1.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados neste item e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.1.5. A não observância do disposto neste item poderá ensejar **desclassificação** na licitação.

2.2. Poderá participar da presente licitação pessoa jurídica do ramo pertinente e compatível com o objeto licitado, apta ao fornecimento do objeto e que atenda aos requisitos deste ato convocatório e aos da legislação específica.

2.2.1. Será concedido **tratamento favorecido** para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei nº 14.133/2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos na Lei Complementar nº 123/2006.

2.2.2. A obtenção do benefício a que se refere este item fica limitado às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do art. 4º, §2º da Lei nº 14.133/2021.

2.3. Não poderão participar da presente licitação, direta ou indiretamente, isoladamente ou em consórcio, **pessoas jurídicas** que, por qualquer motivo:

a) não atendam às condições deste Edital e seus anexos;

b) que tenham tido sua falência declarada, que se encontrem sob concurso de credores ou em dissolução ou em liquidação;

c) mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, conforme art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133/2024;

d) estejam elencadas no demais incisos do art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

2.4. As sociedades cooperativas poderão participar deste certame desde que satisfaçam os requisitos estipulados pelo art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

2.5. A participação no certame de empresas em recuperação judicial, com plano de recuperação acolhido judicialmente, e empresas em recuperação extrajudicial, com plano de recuperação homologado judicialmente, fica condicionada à apresentação de certidão positiva de recuperação judicial e de certidão de aptidão econômica e financeira emitida pelo juízo em que tramita a recuperação judicial.

2.6. É **vedada** a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio, qualquer que seja a sua forma de constituição.

2.6.1. Considerando que é ato discricionário da Administração, diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto, e considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste edital, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em “consórcio” na presente licitação, conforme justificativa constante no **item 4.9** do Termo de Referência (**Anexo I**).

2.7. Constatada a ocorrência objetiva de uma das hipóteses de impedimento de participação previstas neste Capítulo, o Agente de Contratação relatará o fato em campo próprio do sistema e concederá à respectiva licitante a oportunidade de manifestação acerca da matéria e, eventualmente, a comprovação do afastamento dos efeitos da causa impeditiva de participação no certame.

III – DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA NO SISTEMA

3.1. Os licitantes deverão cadastrar a proposta comercial **exclusivamente** por meio do sistema eletrônico, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

3.1.1. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta cadastrada no sistema **até a abertura da sessão pública.**

3.2. Deverá ser consignado, na forma expressa no sistema eletrônico, o **preço unitário e total** de cada item, observados o quantitativo e a unidade de medida do objeto a ser contratado, conforme o Termo de Referência (**Anexo I**).

3.2.1. Os valores deverão ser expressos em algarismo arábico, em moeda corrente nacional, devendo ser apresentado com precisão de 02 (duas) casas decimais.

3.2.2. Na hipótese de apresentação de preços com mais de **02 (duas)** casas decimais, serão desprezados todos os valores a partir da 3ª (terceira) casa decimal, refazendo-se os cálculos para efeito de julgamento.

3.2.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

3.2.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos valores, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto, devendo arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta.

3.3. Para o adequado cadastramento da proposta, o licitante deverá consignar, nos campos próprios, as informações exigidas pelo sistema, observando, para tanto, as especificações constantes deste Edital.

3.3.1. O campo “Descrição Detalhada do Objeto Ofertado” será destinado às informações complementares da proposta, observados as condições e os prazos constantes do Termo de Referência (**Anexo I**).

3.4. Não serão classificadas as propostas em desconformidade com este Edital.

3.5. Quando do cadastramento da proposta, o licitante deverá preencher, em campo próprio do sistema eletrônico, as seguintes **declarações**:

- a)** está ciente e concorda com as condições contidas neste Edital e seus anexos, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei, bem como manifesta ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

- b)** a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;
- c)** atende aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório, inexistindo fatos impeditivos para a sua habilitação na presente licitação e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- d)** não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição;
- e)** não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observado o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- f)** cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- g)** cumpre a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

3.6. A licitante que se enquadre na definição de microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar n. 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/ 2021.

3.7. A licitante que deixar de prestar a declaração de enquadramento como ME/EPP não poderá usufruir dos benefícios previstos na Lei Complementar 123/2006, ainda que se enquadre como uma das beneficiárias.

3.8. A licitante organizada em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021.

3.9. A falsidade da declaração sujeitará a licitante às sanções prevista na Lei nº 14.133/2021 e neste Edital.

3.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de cadastramento da proposta pela licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.11. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

3.11.1. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

3.12. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

IV – DA SESSÃO PÚBLICA

4.1. A abertura da sessão pública deste Pregão dar-se-á automaticamente no sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>, na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital.

4.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico (“chat”).

4.2.1. Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, o licitante deverá formalizar o apontamento de imediato e exclusivamente pelo e-mail agentecontratacao@camarapm.mg.gov.br, sob pena de preclusão da oportunidade de alegação da matéria, devendo o Pregoeiro registrar o fato no “chat” e relatar o teor das comunicações.

4.3. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.

4.4. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

4.5. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação persistir por tempo superior a **60 (sessenta) minutos**, a sessão pública será **suspensa** e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico <https://www.parademinas.mg.leg.br/> na aba Portal da Transparência > Licitações > Em Andamento > Pregão.

4.6. O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública do certame, justificando no “chat” os motivos da suspensão e informando a data e o horário previstos para a sua reabertura.

4.7. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

V – DO INÍCIO DA DISPUTA E DA VERIFICAÇÃO DE CONFORMIDADE DAS PROPOSTAS

5.1. A fase de lances deste Pregão será processada pelo modo de disputa **aberto**.

5.1.1. A etapa de envio de lances durará **dez minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração desta etapa.

5.1.2. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o **subitem 5.1.1**, será de **dois minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se trata de lances intermediários.

5.1.3. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a etapa será encerrada automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem crescente de classificação.

5.2. A verificação da conformidade da proposta será feita **exclusivamente** na fase de julgamento, *ressalvado* o disposto no **item 5.3**.

5.3. Durante a etapa de envio de lances, tendo por fundamento o disposto nos arts. 5º, 9º 11 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro poderá **desclassificar** a proposta que possa comprometer a regularidade do certame, a dinâmica da disputa e/ou causar prejuízo à competitividade do processo licitatório, assim compreendidos:

5.3.1. a proposta que apresente objeto em manifesta desconformidade com as características especificadas no edital ou que apresente elemento que possibilite a pronta identificação do licitante;

5.3.2. a proposta com preços manifestamente inconsistentes ou com presunção absoluta de inexequibilidade.

5.4. Serão considerados preços manifestamente inconsistentes quando ofertado valores ou percentuais simbólicos, irrisórios ou nulos, claramente incompatíveis com os praticados pelo mercado.

5.5. Mediante despacho fundamentado registrado no sistema e acessível a todos, o Pregoeiro apresentará as razões para a prévia desclassificação da proposta, esclarecendo os motivos que ensejaram a decisão, em vista do disposto no **item 5.3**.

VI – DA FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. Aberta a etapa competitiva, os licitantes classificados poderão encaminhar **lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, sendo imediatamente informados do horário e do valor consignado de cada lance.

6.2. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema.

6.3. Durante o transcurso da sessão, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação do ofertante.

6.4. Os lances apresentados e levados em consideração para efeitos de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

6.4.1. O licitante poderá, *uma única vez*, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de **15 (quinze) segundos** após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.5. Durante a “etapa aberta” da fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, o lance cujo valor seja manifestamente inexecutável.

6.5.1. A possibilidade de exclusão de lance inexecutável por parte do Pregoeiro não desonera a licitante da responsabilidade pelo registro da oferta, ainda que haja erro manifesto.

6.6. O intervalo mínimo de diferença entre os lances será de **1% (um por cento)** em relação ao lance anteriormente registrado.

6.7. Havendo empate nominal entre as ofertas, o sistema aplicará, sucessivamente, o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, quando couber, e, após, se for o caso, serão aplicados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

6.7.1. Caso se verifique uma situação de empate real que não tenha sido dirimida por nenhum dos critérios do art. 60 da Lei nº 14.133/2021, antes da fase de julgamento, o sistema irá realizar o sorteio de forma automática, verificando, primeiramente, se há proponentes em situação de empate real, e realizando, entre eles, o sorteio automático.

6.8. Empatadas as propostas iniciais e não havendo o envio de lances após o início da fase competitiva, aplica-se o disposto no item anterior.

VII – DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

7.1. Aplicam-se à presente licitação as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, salvo nas hipóteses previstas no §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

7.2. Somente farão jus aos critérios de preferência estabelecidos nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 os licitantes que se enquadrem nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e do §2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021, devendo declarar tal condição em campo próprio do sistema na oportunidade de cadastramento da proposta.

7.3. Havendo participação de microempresas e/ou empresas de pequeno porte na sessão de lances nos termos do item anterior, serão observados, antes da declaração da licitante vencedora, os critérios de preferência estabelecidos nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

7.3.1. Encerrada a fase de lances, caso a melhor proposta não tenha sido formulada por microempresa ou empresa de pequeno porte e haja proposta apresentada por alguma licitante enquadrado nesta condição, com valores até **5% (cinco por cento)** superior àquela melhor oferta, proceder-se-á da seguinte forma:

a) a microempresa ou empresa de pequeno porte será convocada a apresentar nova oferta que supere aquela considerada mais bem classificada, no prazo de **5 (cinco) minutos** após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do direito de preferência, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será declarada vencedora do certame;

b) não sendo vencedora da fase de lances a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na condição de ME/EPP e cujas propostas estejam dentro do limite fixado no *caput* deste subitem, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.4. Na hipótese de não contratação nos termos previstos acima, será considerada como vencedora da fase de lances a licitante que, originariamente, tenha apresentado a melhor oferta durante a disputa.

7.5. Será concedida PRIORIDADE na contratação a microempresas e empresas de pequeno porte sediadas em âmbito local nas situações em que as ofertas apresentadas por elas sejam até 10% (dez por cento) superiores ao melhor preço válido.

7.5.1. Considera-se *melhor preço válido* aquele que atenda integralmente às exigências do edital e do Termo de Referência (Anexo I), inclusive quanto às especificações técnicas, condições de execução e critérios de aceitabilidade.

7.5.2. A prioridade de contratação decorre de determinação legal, nos termos do art. 34-B da **Lei Municipal nº 5.142/2011**, e encontra-se devidamente motivada na fase preparatória do certame, como medida de fomento ao desenvolvimento econômico local, fortalecimento das micro e pequenas empresas e promoção da circulação de renda no Município, em consonância com o disposto no art. 48, §3º, da Lei Complementar nº 123/2006.

7.5.3. Considera-se âmbito local aquelas empresas sediadas dentro do limite do perímetro urbano de Pará de Minas conforme **Lei Complementar nº 4.658/06**, delimitado em seu Plano Diretor Municipal.

7.5.4. A aplicação da prioridade prevista neste item ocorrerá após a definição do melhor preço válido, assim considerado aquele que, ao final da fase de julgamento da proposta, atenda integralmente às exigências do edital e do Termo de Referência.

7.5.4.1. Definido o melhor preço válido, será verificada a existência de microempresa ou empresa de pequeno porte sediada em âmbito local cuja proposta seja igual ou até **10%** (dez por cento) superior àquele valor, hipótese em que poderá ser declarada vencedora, nos termos da legislação municipal aplicável.

7.5.5. A aplicação do benefício de que trata este item não se confunde com os critérios de desempate previstos nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, constituindo hipótese autônoma de prioridade de contratação.

VIII – DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

8.1. O critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO GLOBAL**, considerando o menor dispêndio para a Administração, atendidos os parâmetros mínimos de qualidade definidos no Edital e seus anexos.

IX – DA NEGOCIAÇÃO

9.1. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, nos termos do art. 61 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com a licitante mais bem classificada, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

9.1.1. Quando a licitante mais bem classificada, mesmo após a negociação, for *desclassificada* em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo para a contratação, a negociação poderá ser feita com as demais licitantes classificadas, respeitada a ordem de classificação.

9.1.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada por todas as licitantes, e registrada na ata da sessão pública que será anexada aos autos do processo licitatório.

X – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

10.1. O Pregoeiro solicitará à licitante vencedora o envio da proposta de preços formatada de acordo com o **Anexo II** do edital e devidamente adequada ao último lance, bem como os documentos complementares, se necessário, por meio de campo próprio do sistema.

10.1.1. Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio da proposta pelo sistema, será admitido o envio do respectivo arquivo para o *e-mail* agentedecontratacao@camarapm.mg.gov.br, devendo o Pregoeiro, nessa hipótese, informar no “chat” a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para os demais licitantes interessados.

10.1.2. O prazo para envio da proposta formatada e eventuais documentos complementares é de no máximo **2 (duas) horas** a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser prorrogado por igual período por solicitação da licitante, mediante justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou de ofício, a critério deste, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos.

10.1.3. Para a contagem do prazo de que trata o subitem anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

10.1.4. Em caso de não envio da proposta formatada no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será *desclassificada* e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

10.1.5. A proposta será **desclassificada** quando:

- a)** contiver vícios insanáveis;
- b)** não obedecer às especificações técnicas, prazos e condições pormenorizadas no edital;
- c)** apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado para a contratação;
- d)** não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração; e
- e)** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

10.1.5.1. A **CÂMARA** poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir da licitante que ela seja demonstrada, conforme disposto na **alínea “d”** acima.

10.2. O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à adequação às especificações técnicas do objeto, bem como quanto à compatibilidade dos preços ofertado, que não poderão ser superiores aos valores estimados do(s) item(ns) constante no Termo de Referência (**Anexo I**).

10.2.1. O Pregoeiro poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta, admitindo a complementação de informações e a juntada posterior de documentos complementares à proposta.

10.2.2. Havendo falhas na proposta, o Pregoeiro deverá empreender diligências para a sua correção e/ou saneamento, de modo que a desclassificação da proposta somente será cabível se os vícios porventura existentes forem insanáveis, observando-se, para tanto, o disposto no inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133/2021.

10.2.3. É indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela CÂMARA.

10.2.3.1. Se houver indícios de inexecuibilidade relativa da proposta, o Pregoeiro deverá, por meio de diligência, assegurar à licitante a oportunidade de demonstração da viabilidade financeira e econômica da oferta que comprove que o custo da licitante não ultrapassa o valor da proposta e existem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

XI – DA HABILITAÇÃO

11.1. Os documentos de habilitação necessários e suficientes para demonstrar a capacidade da licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 e 70 da Lei nº. 14.133/2021 são:

11.2. DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

11.2.1. Prova de constituição social, podendo ser, em caso de:

a) empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) microempreendedor individual (MEI): Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à

verificação da autenticidade site www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

c) sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada- EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

d) sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

e) sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei Federal 5.764/1971;

f) sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede;

11.2.1.1. O documento para habilitação jurídica deverá explicitar o objeto social da empresa licitante, o qual deverá ser *compatível* com o objeto desta licitação, o endereço de sua sede e os atuais responsáveis por sua administração que tenham poderes para assinar documentos em nome da empresa.

11.2.1.2. Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.3. DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA:

a) Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) Inscrição no cadastro de contribuintes **estadual e/ou municipal** relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal conjuntamente com a prova de regularidade relativa à Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, fornecida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

d) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio da sede da Licitante mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado;

e) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio da sede da Licitante mediante apresentação de certidão emitida pela secretaria competente do Município;

f) Certificado de regularidade relativo ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), emitido pela Caixa Econômica Federal;

g) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho.

11.3.1. Caso a licitante seja considerada isenta dos tributos estadual ou municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

11.4. DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

11.4.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede da licitante.

11.5. OUTROS DOCUMENTOS:

11.5.1. A licitante deverá preencher em campo próprio do sistema, sob pena de inabilitação, as declarações indicadas no **item 3.6** deste edital.

11.6. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas da licitante vencedora.

11.7. A habilitação da licitante será verificada pelo Pregoeiro por meio do **SICAF**, nos documentos por ele abrangidos e da documentação anexada ao sistema eletrônico pela licitante, quando solicitado pelo Pregoeiro, até a conclusão da fase de habilitação.

11.8. Os documentos exigidos para fins de habilitação também poderão ser substituídos por registro cadastral emitido pela Câmara Municipal de Pará de Minas, mediante a apresentação do Certificado de Registro Cadastral (**CRC**), desde que dentro do prazo de validade, na forma prevista na Instrução Normativa nº 003/2019 da Câmara Municipal.

11.9. Os documentos exigidos neste Capítulo que não estejam contemplados no **SICAF** ou no **CRC** ao tempo da consulta pela Administração, serão enviados por meio do sistema, em formato digital, quando solicitado pelo Pregoeiro, até a conclusão da fase de habilitação.

11.9.1. O prazo para envio dos documentos é de, no máximo, 02 (duas) horas, a contar da

convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação forma de prorrogação por parte da licitante.

11.9.2. Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

11.9.3. Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital

11.10. O licitante se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos por ele encaminhados.

11.10.1. Havendo dúvida razoável quanto à autenticidade ou em razão de outro motivo devidamente justificado, o Pregoeiro, a qualquer momento, poderá solicitar ao licitante o envio, em original ou por cópia autenticada, dos documentos remetidos nos termos do item anterior.

11.10.1.1. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados à **Divisão de Compras e Gestão de Contratos da Câmara Municipal de Pará de Minas, situada na Avenida Presidente Vargas, nº 1935, Bairro Senador Valadares, nesta cidade de Pará de Minas/MG**, no prazo estipulado pelo Pregoeiro.

11.11. Encerrado o prazo para envio da documentação de habilitação, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes para:

- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- c) suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;
- d) suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública

11.11.1. A apresentação de documentos de que trata o **item 11.11** será realizada em

observância ao disposto no **item 11.12** e, findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

11.12. Caso seja necessário, para fins de confirmação, complementação, esclarecimento ou saneamento da documentação de habilitação, ou, ainda, nas hipóteses admitidas no **item 11.11**, o Pregoeiro, a título de diligência, poderá solicitar à licitante o envio de documentação complementar, por meio do campo de “anexos” do sistema.

11.12.1. Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio pelo sistema, será admitido o envio dos respectivos documentos para o e-mail agentecontratacao@camarapm.mg.gov.br, devendo o Pregoeiro, nessa hipótese, informar no “chat” a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para os demais licitantes interessados.

11.12.2. O prazo para envio dos documentos é de, no máximo, **02 (duas) horas** a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

11.12.3. Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

11.12.4. Em caso de não envio dos documentos de que tratam os **itens 11.11 e 11.12** no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

11.13. Os documentos de habilitação deverão se referir à empresa licitante, salvo quando, comprovadamente, após a data de emissão dos respectivos documentos, haja superveniente alteração contratual ou transferência de acervo técnico.

11.13.1. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

11.13.2. Os documentos relativos à habilitação técnica e econômico-financeira poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial.

11.14. Para fins de verificação das condições de habilitação, o Pregoeiro poderá, diretamente, realizar consulta em bases de dados e/ou em sítios oficiais de órgãos e entidades cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública, constituindo as informações, os dados e/ou os documentos obtidos como meio legal de prova.

11.15. As microempresas ou empresas de pequeno porte, assim declaradas para efeito dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar **toda** a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, **mesmo que esta apresente alguma restrição**.

11.15.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, na forma do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006;

11.15.2. A não regularização dos documentos, no prazo previsto no subitem acima, implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

11.16. O documento que não tiver prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor não será habilitante quando o intervalo entre a sua data de expedição ou de revalidação e a data de abertura da presente licitação for superior a **180 (cento e oitenta) dias** corridos.

11.16.1. Excetua-se o documento que, por imposição legal, tenha prazo de vigência **indeterminado**.

11.17. Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação dos licitantes convocados para a apresentação da documentação habilitatória, após concluídas eventuais diligências.

XII – DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

12.1. Diante da desclassificação ou inabilitação da primeira colocada, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da que melhor atenda a este edital.

12.2. Constatado que a licitante detentora da melhor proposta atende às exigências habilitatórias fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.

XIII – DO RECURSO

13.1. Qualquer licitante poderá, no prazo de até **10 (dez) minutos** do término do julgamento das propostas e após o ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua **intenção de recorrer**, *sob pena de preclusão*.

13.1.1. O registro da intenção de recurso deverá ser efetivado *exclusivamente* por meio do sistema, observando-se os procedimentos operacionais estabelecidos na plataforma Compras.gov.br.

13.1.2. Após a declaração final da vencedora do certame, a licitante que tenha registrado a intenção de recurso na forma do **item 13.1** deverá apresentar, em momento único, as **razões recursais**, *exclusivamente* em campo próprio do sistema, no prazo de **3 (três) dias úteis**.

13.1.3. Diante da apresentação das razões recursais, as demais licitantes ficam, desde logo, intimadas a apresentar as contrarrazões, também via sistema, no prazo de **3 (três) dias úteis**, que começará a correr do término do prazo para o registro das razões recursais de que trata o **item 13.1.2**.

13.2. Para a formulação das razões e contrarrazões recursais, *havendo solicitação nesse sentido*, será assegurada aos licitantes interessados vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.2.1. Na análise do recurso, a **CÂMARA** poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

13.3. O Pregoeiro poderá reconsiderar ou não a decisão recorrida e, em caso de não reconsideração, os autos serão encaminhados ao Presidente da Câmara Municipal de Pará de Minas para julgamento do recurso, observados os prazos previstos no §2º do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

13.4. O provimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

XIV – DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

14.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, se houver, o objeto do presente processo licitatório será **adjudicado e homologado** pelo Presidente da Câmara Municipal de Pará de Minas.

14.2. O resultado do Pregão será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no Diário Oficial do Município de Pará de Minas (<https://diario.parademinas.mg.gov.br/>), bem como no site da Câmara Municipal de Pará de Minas (<http://www.parademinas.mg.leg.br>).

XV – DA CONVOCAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO

15.1. Depois de homologado o resultado deste Pregão, o licitante vencedor será convocado para assinar o termo de contrato ou aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo **de 5 (cinco) dias úteis**, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

15.1.1. O prazo de convocação de que trata o **item 15.1** poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, durante seu transcurso, mediante solicitação do licitante vencedor, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela **CÂMARA**.

15.1.2. Será permitida a assinatura eletrônica do contrato, mediante uso da certificação digital ICP Brasil, caso o representante legal da licitante a possua, no mesmo prazo indicado no **item 15.1**.

15.1.3. A **CÂMARA** poderá enviar o contrato para assinatura da licitante, que deverá devolvê-lo assinado no prazo previsto no **item 15.1**.

15.1.4. Caso o licitante vencedor convocado não realize a assinatura do contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido no **item 15.1**, será *facultado* à Administração convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, observando-se o disposto nos §§2º e 4º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

15.2. Por ocasião da assinatura do contrato, a **CÂMARA** verificará se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação e, ainda, se atende ao disposto no §4º do art. 91 da Lei nº 14.133/2021.

XVI – DAS PENALIDADES

16.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

- a)** deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro;
- b)** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- c)** não celebrar o contrato ou instrumento equivalente ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- d)** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o processo de licitação;
- e)** fraudar a licitação;

- f) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- g) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846/2013.

16.2. Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a Administração pode, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Impedimento de licitar e contratar e
- d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

16.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientação dos órgãos de controle.

16.4. A multa será recolhida em percentual de **0,5% a 30%** incidente sobre o valor do contrato, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.

- a) Para as infrações previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do **item 16.1**, a multa será de **0,5% a 15%** do valor do instrumento contratual.
- b) Para as infrações previstas nas alíneas “d”, “e”, “f”, “g” e “h” do **item 16.1**, a multa será de **15% a 30%** do valor do instrumento contratual.

16.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação.

16.6. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

16.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nas alíneas “a”, “b” e “c” do **item 16.1**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município, pelo prazo de 3 (três) anos.

16.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas previstas nas alíneas “d”, “e”, “f”, “g” e “h” do **item 16.1**, bem como pelas infrações administrativas previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do **item 16.1** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

16.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao responsável, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

16.10. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

XVII – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

17.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da lei e para solicitar esclarecimento sobre seus termos, devendo protocolar o pedido até **3 (três) dias úteis** antes da data da abertura do certame, *exclusivamente* pelo e-mail agentecontratacao@camarapm.mg.gov.br.

17.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em campo próprio da plataforma Compras.gov.br para conhecimento de todos os interessados no prazo de **3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

17.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento, em regra, não suspendem os prazos previstos no certame.

17.3.1. A concessão de efeito suspensivo é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro nos autos do processo licitatório.

17.4. Eventuais modificações no Edital implicarão nova data para a realização do certame na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos de atos e procedimentos originais, **exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.**

17.5. A Câmara Municipal de Pará de Minas não se responsabilizará por impugnações/esclarecimentos endereçadas erroneamente ou por outras formas, e que, por isso, não sejam protocolizadas no prazo legal.

XVIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. O encaminhamento de proposta por meio do sistema eletrônico implica aceitação plena e irrestrita das condições e termos que regem o presente Pregão Eletrônico por parte do licitante.

18.2. É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase do pregão, promover diligências destinadas a esclarecer, sanear ou complementar a instrução do processo desta licitação, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos, podendo, também, solicitar, a qualquer tempo, a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar suas decisões.

18.3. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

18.4. As decisões do Pregoeiro durante os procedimentos do pregão serão fundamentadas e registradas no sistema com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

18.5. Caso não seja possível decidir de imediato sobre a aceitabilidade da proposta ou dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá **suspender** a sessão e marcar nova data para a sua continuidade, intimando todos os participantes a comparecerem.

18.6. As limitações operacionais porventura existentes no Sistema Eletrônico Compras.gov.br decorrentes de imposições normativas restritas ao âmbito do Sistema de Serviços Gerais - SISG, de que trata o Decreto nº 1.094, de 23 de março de 1994, não vinculam a **CÂMARA**, podendo ser adotadas medidas para a sua superação, prevalecendo, nesses casos, a instrução constante do processo administrativo correspondente ao certame.

18.7. Os casos omissos e as dúvidas suscitadas em qualquer fase do presente Pregão serão resolvidos pelo Pregoeiro.

XIX – DOS ANEXOS

19.1. Constituem parte integrante do presente edital os seguintes anexos:

Anexo I – Termo de Referência

Anexo I-A –Plantas básicas do edifício sede do Prédio da Câmara Municipal de Pará de Minas

Anexo II – Modelo de Proposta Comercial

Anexo III - Minuta do Contrato

Pará de Minas, 23 de abril de 2026.

Geraldo Magela de Almeida
Presidente da Câmara Municipal de Pará de Minas

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição e implantação de sistema integrado de videomonitoramento por câmeras IP (CFTV), com fornecimento de equipamentos e serviços de instalação, configuração e entrega em pleno funcionamento, para atendimento das necessidades de segurança institucional da Câmara Municipal.

1.2. Especificação detalhada do objeto:

| LOTE ÚNICO | | | | | |
|------------------------------|--------|-------|--|-----------------------------------|--------------------------------|
| ITEM | QUANT. | UNID. | ESPECIFICAÇÃO | VALOR UNITÁRIO <i>ESTIMADO</i> | VALOR TOTAL <i>ESTIMADO</i> |
| 1 | 57 | Un. | Câmeras Internas | R\$ 1080,00 | R\$ 61.560,00 |
| 2 | 09 | Un. | Câmeras Externas | R\$ 3.134,63 | R\$28.211,67 |
| 3 | 07 | Un. | Gravador de vídeo em rede (NVR) | R\$ 4.015,90 | R\$28.111,30 |
| 4 | 14 | Un. | Disco Rígido | R\$ 1.431,96 | R\$20.047,44 |
| 5 | 07 | Un. | Rack | R\$ 716,53 | R\$5.015,71 |
| 6 | 07 | Un. | Nobreaks | R\$ 3.392,53 | R\$23.747,71 |
| 7 | 07 | Cx. | Caixa de cabo de rede CAT6 com 305m | R\$ 2.203,74 | R\$15.426,18 |
| 8 | 01 | Un. | Serviços de instalação, configuração, integração, testes operacionais e demais atividades necessárias à completa e adequada execução do objeto da contratação. | R\$ 26.000,00 | R\$ 26.000,00 |
| TOTAL GLOBAL ESTIMADO | | | | R\$ 208.120,01 | |

O valor global estimado da contratação é de **R\$ 208.120,01** (duzentos e oito mil, cento e vinte reais e um centavo).

1.2.1. Especificações técnicas dos equipamentos (itens 1 a 7):

| ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS EQUIPAMENTOS | |
|--|-----------|
| Item | Descrição |



Câmera de videomonitoramento IP do tipo dome, para uso interno, com alimentação PoE, com as seguintes características mínimas ou superiores:

1

- Possuir resolução mínima de 4 MP, com imagens em alta definição, permitindo adequada identificação de pessoas e objetos;
- Utilizar sensor de imagem CMOS progressivo;
- Permitir captura de imagens coloridas em condições de baixa luminosidade, por meio de tecnologia de alta sensibilidade à luz, podendo operar em modo contínuo ou híbrido (infravermelho e iluminação branca com acionamento automático por evento), garantindo imagens coloridas mesmo em ambientes com pouca iluminação;
- Possuir lente fixa de aproximadamente 2.8 mm, ou equivalente com campo de visão similar;
- Possuir iluminação infravermelha e/ou iluminação branca integrada, com acionamento automático, conforme condições de iluminação ou detecção de eventos;
- Permitir compressão de vídeo compatível, no mínimo, com os padrões H.264 e H.265, ou superiores, visando otimização de largura de banda e armazenamento;
- Suportar múltiplos *streams* de vídeo simultâneos, permitindo visualização ao vivo e gravação em diferentes resoluções e taxas de bits;
- Possuir microfone embutido para captação de áudio, com possibilidade de habilitação e desabilitação via software;
- Possuir recursos mínimos de análise de vídeo, tais como:
 - ✓ Detecção de movimento;
 - ✓ Configuração de áreas de interesse;
 - ✓ Máscaras de privacidade;
 - ✓ Detecção inteligente de pessoas e/ou veículos (quando suportado pelo equipamento);
- Ser compatível com alimentação PoE (Power over Ethernet), conforme padrão IEEE 802.3af ou superior, permitindo alimentação e transmissão de dados por um único cabo de rede;
- Possuir interface de rede Ethernet RJ-45, compatível com redes IP padrão;
- Ser compatível com protocolos de interoperabilidade, incluindo ONVIF (perfil S e T, ou superior);
- Permitir configuração, gerenciamento e visualização remota por meio de navegador web ou software próprio do fabricante;
- Possuir gabinete tipo dome, com construção adequada para instalação interna, com índice mínimo de proteção IP67, garantindo resistência a poeira e umidade;
- Operar em faixa de temperatura compatível com ambientes internos administrativos;



| | |
|---|---|
| | <ul style="list-style-type: none">• O equipamento deverá ser do mesmo fabricante do NVR (item 3), garantindo total compatibilidade entre câmera, gravador e recursos de gerenciamento, inclusive funcionalidades inteligentes e de gravação;• Deve possuir garantia de, no mínimo, 12 (doze) meses. <p>Marca e modelo de referência: <i>Intelbras VIP 1430 D FC+; Hikvision DS-2CD2143G2-LIS2U</i>, ou similar/equivalente.</p> |
| 2 | <p><i>Câmera de videomonitoramento IP do tipo bullet, para uso externo, com alimentação PoE e recursos de análise inteligente de vídeo, com as seguintes características mínimas ou superiores:</i></p> <ul style="list-style-type: none">• Possuir resolução mínima de 4 MP, permitindo imagens em alta definição adequadas para identificação de pessoas, veículos e eventos em áreas externas;• Utilizar sensor de imagem CMOS progressivo;• Possuir WDR real mínimo de 120 dB, garantindo qualidade de imagem em cenários com alto contraste de iluminação;• Suportar no mínimo 25 fps na resolução máxima;• Possuir lente varifocal motorizada, permitindo ajuste remoto de zoom e foco;• Apresentar faixa focal de 2.8 mm a 12 mm ou superior;• Possuir capacidade de identificação de pessoas a uma distância mínima de aproximadamente 15 metros (DORI ou equivalente);• Permitir captura de imagens coloridas em condições de baixa luminosidade, por meio de tecnologia de alta sensibilidade à luz;• Operar em modo contínuo ou híbrido, com uso de infravermelho e/ou iluminação branca, com acionamento automático ou inteligente conforme condições de iluminação e/ou detecção de eventos;• Possuir iluminação infravermelha e/ou luz branca integrada, com alcance mínimo de 50 metros;• Permitir compressão de vídeo compatível no mínimo com os padrões H.264 e H.265, ou superiores, visando redução do consumo de banda e armazenamento;• Suportar múltiplos <i>streams</i> de vídeo simultâneos, possibilitando gravação e visualização em resoluções distintas;• Possuir microfone embutido para captação de áudio, com possibilidade de habilitação e desabilitação via software; |



| | |
|----------|---|
| | <ul style="list-style-type: none">• Possuir recursos de inteligência artificial embarcada, permitindo, no mínimo:<ul style="list-style-type: none">✓ Detecção inteligente de pessoas e veículos;✓ Redução de falsos alarmes causados por movimentos irrelevantes;✓ Classificação básica de eventos por tipo de objeto;• Permitir configuração de eventos inteligentes, tais como:<ul style="list-style-type: none">✓ Detecção de intrusão;✓ Cruzamento de linha;✓ Detecção de movimento inteligente baseada em classificação de alvos;• Ser compatível com alimentação PoE (Power over Ethernet), conforme padrão IEEE 802.3af ou superior, permitindo alimentação e transmissão de dados por um único cabo de rede;• Possuir interface de rede Ethernet RJ-45, compatível com redes IP padrão;• Ser compatível com protocolos de interoperabilidade, incluindo ONVIF (perfil S e T ou superior);• Permitir configuração, gerenciamento e visualização remota por meio de navegador web ou software próprio do fabricante;• Possuir gabinete tipo <i>bullet</i>, com construção adequada para uso externo;• Possuir índice mínimo de proteção IP67, garantindo resistência a poeira, chuva e intempéries;• Possuir proteção contra surtos elétricos;• Operar em faixa de temperatura compatível com ambientes externos;• O equipamento deverá ser do mesmo fabricante do NVR (item 3), garantindo total compatibilidade entre câmera, gravador e recursos de inteligência artificial, gravação e gerenciamento;• Deve possuir garantia de, no mínimo, 12 (doze) meses. <p>Marca e modelo de referência: Intelbras VIP 5460 Z IA; Hikvision DS-2CD2643G2-LIZS2U, ou similar/equivalente.</p> |
| 3 | <p><i>Gravador de vídeo em rede (NVR) para sistema de videomonitoramento IP, com portas PoE integradas, destinado ao gerenciamento, gravação e reprodução de imagens de câmeras IP, com as seguintes características mínimas ou superiores:</i></p> <ul style="list-style-type: none">• Possuir capacidade para, no mínimo, 16 canais de câmeras IP, permitindo gravação e visualização simultânea;• Possuir 16 portas PoE integradas, compatíveis com o padrão IEEE 802.3af/at ou superior; |



- Suportar câmeras IP com resolução mínima de 4 MP, ou superior, em todos os canais simultaneamente;
- Possuir largura de banda de entrada (incoming bandwidth) mínima de 160 Mbps, destinada ao recebimento simultâneo dos fluxos de vídeo das câmeras IP, considerando operação com funções de análise inteligente habilitadas;
- Possuir largura de banda de saída (outgoing bandwidth) compatível com a visualização simultânea dos canais, não inferior a 160 Mbps;
- Suportar compressão de vídeo H.264 e H.265, incluindo H.265+ ou equivalente;
- Permitir gravação contínua, por detecção de movimento e por eventos inteligentes, conforme configuração do sistema;
- Permitir configuração de modos de gravação independentes por canal;
- Suportar processamento de eventos inteligentes no próprio NVR;
- Permitir recebimento e tratamento de eventos inteligentes provenientes das câmeras IP;
- Suportar, no mínimo, classificação de alvos do tipo pessoa e/ou veículo, seja por processamento no NVR e/ou pelas câmeras;
- Permitir configuração de eventos inteligentes, incluindo detecção de intrusão e cruzamento de linha;
- Permitir gerenciamento centralizado das câmeras, incluindo:
 - ✓ Configuração de parâmetros de vídeo;
 - ✓ Configuração de eventos;
 - ✓ Atualização de firmware;
 - ✓ Visualização ao vivo e reprodução de gravações;
- Possuir saída de vídeo HDMI e/ou VGA, com resolução mínima Full HD (1920x1080);
- Possuir pelo menos 01 (uma) interface de rede Ethernet Gigabit;
- Permitir acesso remoto por meio de navegador web, software cliente ou aplicativo móvel fornecido pelo fabricante;
- Suportar a instalação de no mínimo 2 discos rígidos SATA internos;
- Permitir sobrescrita automática de gravações conforme política configurada;
- Permitir configuração de modos de gravação independentes por câmera, bem como definição de perfis de gravação;
- Possuir sistema operacional embarcado dedicado;



| | |
|---|--|
| | <ul style="list-style-type: none">• Permitir criação de usuários com diferentes níveis de permissão;• Ser compatível com protocolos de interoperabilidade, incluindo ONVIF;• Operar de forma contínua (24x7), com estabilidade adequada para ambientes corporativos e institucionais;• O equipamento deverá ser do mesmo fabricante das câmeras IP (itens 1 e 2), garantindo total compatibilidade entre recursos de gravação, inteligência artificial, eventos e gerenciamento do sistema;• Deve possuir garantia de, no mínimo, 12 (doze) meses. <p>Marca e modelo de referência: Intelbras iNVD 3016-P; Hikvision DS-7616NXI-K2/16P, ou similar/equivalente.</p> |
| 4 | <p><i>Disco Rígido - os discos rígidos a serem fornecidos deverão ser novos, de primeiro uso, destinados exclusivamente a aplicações de videomonitoramento (surveillance), compatíveis com o gravador de vídeo em rede (NVR) ofertado, atendendo às seguintes características mínimas ou superiores:</i></p> <ul style="list-style-type: none">• Possuir capacidade mínima de armazenamento de 4 TB (quatro terabytes) por unidade;• Possuir formato físico padrão de 3,5 polegadas;• Possuir interface SATA III (6 Gb/s) ou superior, compatível com os slots internos do NVR ofertado;• Ser projetado para operação contínua 24 horas por dia, 7 dias por semana (24/7), suportando gravação ininterrupta de vídeo sem degradação de desempenho;• Utilizar tecnologia de gravação CMR (<i>Conventional Magnetic Recording</i>) ou equivalente, adequada para gravação contínua de vídeo;• Ser desenvolvido especificamente para sistemas de vigilância eletrônica (CFTV), com firmware otimizado para:<ul style="list-style-type: none">✓ Gravação contínua;✓ Escrita e leitura simultâneas;✓ Múltiplos fluxos de vídeo em paralelo;✓ Ambientes com sobrescrita constante de dados;• Ser capaz de suportar múltiplos <i>streams</i> de vídeo simultâneos, provenientes de câmeras IP de alta resolução (mínimo 4 MP), mantendo estabilidade operacional durante gravação contínua e reprodução de imagens;• Possuir alta confiabilidade e resistência mecânica, sendo adequado para operação em ambientes com vibração causada pela instalação de múltiplos discos no mesmo equipamento;• Possuir <i>workload</i> rate mínimo de 180 TB/ano; |



| | |
|---|---|
| | <ul style="list-style-type: none">• Possuir memória cache mínima de 64 MB;• Possuir baixo índice de falhas e mecanismos de correção de erros apropriados para gravação de vídeo crítica;• Ser totalmente compatível com o NVR ofertado, permitindo instalação direta nos slots SATA do equipamento, sem necessidade de adaptadores, controladoras externas ou modificações físicas;• O fornecedor deverá garantir que os discos ofertados:<ul style="list-style-type: none">✓ Constem na lista de compatibilidade do fabricante do NVR, quando existente; ou✓ Sejam tecnicamente compatíveis com o NVR ofertado, mediante comprovação por documentação técnica do fabricante do disco ou do gravador;• Não serão aceitos discos rígidos de uso genérico, destinados a desktops, notebooks ou servidores convencionais, tais como linhas voltadas a uso doméstico ou corporativo comum, por não atenderem aos requisitos de operação contínua e gravação intensiva de sistemas de CFTV;• Possuir garantia mínima do fabricante, compatível com equipamentos profissionais de vigilância eletrônica, devendo o fornecedor apresentar comprovação do prazo de garantia e condições de suporte;• Deve possuir garantia de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses. <p>Marca e modelo de referência: <i>Western Digital Purple 4TB; Seagate SkyHawk 4TB; Toshiba S300 4TB</i>, ou similar/equivalente.</p> |
| 5 | <p><i>Rack - o rack a ser fornecido deverá ser novo, de primeiro uso, destinado à instalação e organização dos equipamentos do sistema de videomonitoramento (NVR, nobreak, switches PoE e acessórios), atendendo às seguintes características mínimas ou superiores:</i></p> <ul style="list-style-type: none">• Possuir padrão de montagem 19 polegadas, compatível com equipamentos de rede e CFTV;• Possuir altura mínima de 5U, adequada à acomodação dos equipamentos previstos no sistema;• Possuir profundidade mínima de 550 mm;• Possuir estrutura metálica, confeccionada em aço, com pintura eletrostática anticorrosiva;• Deverá acompanhar bandeja fixa ou deslizante, compatível com equipamentos não rackáveis;• Possuir porta frontal:<ul style="list-style-type: none">✓ Com visor em acrílico, vidro temperado ou perfurada, permitindo visualização e/ou ventilação dos equipamentos; |



| | |
|---|--|
| | <p>✓ Com sistema de fechamento por chave ou equivalente, garantindo segurança física;</p> <ul style="list-style-type: none">• Possuir laterais removíveis ou sistema que permita fácil acesso para manutenção e organização de cabos;• Possuir planos de fixação (trilhos) ajustáveis, compatíveis com equipamentos padrão rack 19”;• Possuir aberturas para passagem e organização de cabos, na parte superior e/ou inferior;• Possuir sistema de ventilação, passivo ou ativo, compatível com a dissipação térmica dos equipamentos instalados;• Possuir capacidade de carga compatível com os equipamentos a serem instalados, incluindo NVR, nobreak e demais acessórios;• Permitir instalação em parede;• Acompanhar todos os acessórios necessários para fixação, tais como parafusos, porcas gaiola ou equivalentes;• Ser compatível com ambientes internos, adequado para uso em salas técnicas, CPDs ou locais protegidos;• Possuir capacidade mínima de carga de 40 kg;• Deve possuir garantia de, no mínimo, 12 (doze) meses. <p>Marca e modelo de referência: <i>Intelbras MRD 557</i>, ou similar/equivalente.</p> |
| 6 | <p><i>Nobreaks - o nobreak a ser fornecido deverá ser novo, de primeiro uso, destinado à proteção elétrica e garantia de funcionamento contínuo dos equipamentos do sistema de videomonitoramento, atendendo às seguintes características mínimas ou superiores:</i></p> <ul style="list-style-type: none">• Possuir potência mínima de 1500 VA, com potência ativa mínima de 900 W;• Possuir forma de <u>onda senoidal pura</u>, adequada para equipamentos eletrônicos sensíveis e de uso contínuo;• Possuir autonomia mínima de 15 minutos para carga de 100 W, garantindo funcionamento do NVR e equipamentos associados em caso de falta de energia;• Possuir tempo de comutação máximo de 10 ms;• Possuir tensão de entrada e saída compatível com a rede elétrica local (ex.: 110/127 V ou bivolt automático);• Possuir proteção contra: |



| | |
|---|---|
| | <ul style="list-style-type: none">✓ surtos elétricos;✓ sobrecarga;✓ curto-circuito;✓ subtensão e sobretensão; <ul style="list-style-type: none">• Possuir baterias internas seladas, livres de manutenção, do tipo chumbo-ácido ou tecnologia superior;• Possuir indicadores visuais e/ou sonoros de operação, modo bateria, nível de carga da bateria (por indicação de nível ou estado) e falhas;• Possuir número de tomadas compatível com os equipamentos, padrão NBR 14136 ou equivalente;• Possuir interface de comunicação (USB, serial ou equivalente), permitindo monitoramento e desligamento seguro dos equipamentos;• Permitir operação contínua 24 horas por dia, 7 dias por semana (24/7);• Ser compatível com instalação em rack padrão 19", ocupando no máximo 2U;• Deve possuir garantia de, no mínimo, 12 (doze) meses. <p>Marca de referência: <i>TS Shara UPS Rack 1500VA 2U; Intelbras DNB 1500VA Rack</i>, ou similar/equivalente.</p> |
| 7 | <p><i>Cabeamento estruturado - cabo de par trançado Categoria 6 (Cat6), destinado à transmissão de dados em redes IP e à alimentação de dispositivos por meio de Power over Ethernet (PoE), com as seguintes especificações técnicas mínimas:</i></p> <ul style="list-style-type: none">• Categoria 6 (Cat6), com largura de banda mínima de 250 MHz;• Suporte à transmissão de dados em 1 Gbps em distâncias de até 100 metros;• Condutor 100% cobre, vedada a utilização de cabos do tipo CCA ou CCS;• Bitola do condutor de 23 AWG (condutor sólido de cobre), adequada para aplicações com alimentação via PoE;• Tipo U/UTP;• Possuir classificação de flamabilidade compatível com instalação interna, no mínimo CM ou equivalente conforme norma aplicável;• Cabo na cor preta ou cinza;• Capa externa em PVC ou material equivalente, adequada para instalação interna;• Produto homologado pela ANATEL; |



- Conformidade com as normas técnicas ANSI/TIA-568, ISO/IEC 11801 e ABNT NBR 14565, ou versões mais recentes;
- Compatível com instalações permanentes e com operação contínua de sistemas de videomonitoramento IP.

Marca de referência: *Intelbras CAT6; Furukawa Gigalan; Nexans Essentials*, ou similar/equivalente.

1.2.2. Complementarmente às especificações técnicas constantes na tabela acima (“ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS EQUIPAMENTOS”):

a) A solução deverá, adicionalmente, disponibilizar **software de gerenciamento centralizado** do fabricante, capaz de integrar e administrar simultaneamente toda a solução em uma única interface, permitindo a visualização em tempo real de todas as câmeras de forma consolidada, sem a necessidade de acesso individual a cada NVR. O software deverá possibilitar, no mínimo, a visualização ao vivo em múltiplos layouts, a reprodução de gravações, o gerenciamento de eventos e alarmes, a configuração básica dos dispositivos, bem como facilitar a exportação de imagens e vídeos gravados, com opções de seleção por câmera, data e horário, garantindo agilidade na obtenção de evidências e no atendimento a demandas administrativas e institucionais.

b) Todas as **câmeras de videomonitoramento e os respectivos gravadores de vídeo em rede (NVR) – itens 1 a 3 – deverão ser do mesmo fabricante**, de modo a garantir total compatibilidade entre os equipamentos, **pleno funcionamento** dos recursos de gravação, gerenciamento, eventos e funcionalidades inteligentes, bem como evitar limitações decorrentes de interoperabilidade parcial entre fabricantes distintos, conforme justificado no subitem abaixo.

1.2.3. A presente contratação tem por objeto a implantação de solução de videomonitoramento IP, envolvendo câmeras e gravadores de vídeo em rede (NVR), com funcionalidades de gravação contínua, gerenciamento centralizado, análise de eventos e recursos de inteligência embarcada. No contexto dessa solução, optou-se pela exigência de que os equipamentos (câmeras e NVR) sejam do **mesmo fabricante**, medida que se fundamenta em aspectos técnicos relacionados à **confiabilidade, integridade funcional e eficiência operacional do sistema como um todo**, conforme exposto a seguir:

1.2.3.1. Limitações práticas da interoperabilidade via ONVIF: Embora o protocolo ONVIF constitua padrão amplamente adotado para interoperabilidade entre dispositivos de videomonitoramento, sua utilização **não assegura, na prática, a plena compatibilidade entre equipamentos de fabricantes distintos**, uma vez que:



- a) o ONVIF padroniza funcionalidades básicas (stream de vídeo, controle PTZ, etc.), mas **não abrange integralmente recursos avançados e proprietários**, tais como análises inteligentes (detecção de pessoas/veículos, classificação de eventos); regras avançadas de gravação por evento; metadados de vídeo e indexação inteligente;
- b) diferentes fabricantes implementam o protocolo de forma parcial ou com variações, o que pode resultar em perda de funcionalidades; limitação de configuração ou inconsistências na gravação ou reprodução de eventos.

1.2.3.2. Redução de riscos operacionais e de suporte técnico: A padronização de fabricante visa proporcionar a uniformidade de firmware e protocolos internos, reduzindo conflitos de comunicação; a facilidade de configuração e gerenciamento, com interface unificada; a simplificação do suporte técnico, evitando a necessidade de múltiplos fabricantes para diagnóstico de falhas; e maior agilidade na resolução de incidentes. Ademais, em ambientes administrativos com equipe técnica reduzida, como é o caso, a heterogeneidade de fabricantes pode implicar aumento significativo da complexidade operacional.

1.2.3.3. Conclui-se que a exigência de fornecimento de câmeras e NVR de um mesmo fabricante mostra-se **tecnicamente justificada, proporcional e adequada à finalidade da contratação**, que envolve **segurança patrimonial e institucional**, exigindo elevado grau de confiabilidade.

Natureza do objeto:

1.3. O objeto desta contratação é caracterizado como **bens e serviços comuns**, uma vez que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021. Embora envolva solução tecnológica integrada, as funcionalidades exigidas são padronizadas, amplamente disponíveis no mercado e passíveis de verificação objetiva, o que não afasta o enquadramento do objeto como comum.

1.4. O objeto desta contratação **não se enquadra como bem de luxo**, conforme art. 20 da Lei nº 14.133/2021, regulamentado pelo Ato da Mesa Diretora nº 05/2023 no âmbito da Câmara Municipal de Pará de Minas.

Prazo de vigência e possibilidade de prorrogação da contratação:

1.5. O prazo de vigência da contratação é de **06 (seis) meses**, contados da assinatura do contrato, improrrogáveis, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.6. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO.

1.7. O objeto é enquadrado como **não contínuo**, caracterizando-se como demanda com escopo definido e execução delimitada no tempo, cujo encerramento ocorre com a entrega e pleno funcionamento do sistema. O suporte técnico corretivo e operacional previsto por 30 (trinta) dias após o aceite definitivo possui caráter acessório e transitório, destinado apenas a ajustes decorrentes da implantação, não configurando prestação continuada. Assim, o objeto enquadra-se como contratação de natureza não contínua

Legislação aplicável:

1.8. Para a presente contratação serão observados os ditames da Lei Federal nº 14.133/2021, a Instrução Normativa nº 01/2019 da Câmara Municipal de Pará de Minas, bem como a Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, no que couber, conforme permite o art. 187 da Lei nº 14.133/2021 e o Ato da Mesa Diretora nº 01/2024. Aplica-se também a Lei Municipal nº 5.142/2011 e a Lei Complementar 123/2006.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da presente contratação e dos seus quantitativos encontra-se detalhada nos **tópicos 4 e 5** do Estudo Técnico Preliminar.

Análise de Riscos:

2.2. Para a presente contratação foi elaborado o mapa de riscos às **fls. 30/31** do processo.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, constante nas **fls. 10v** do processo licitatório.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

Indicação de marcas e modelos:

4.1. A referência a marcas indicada neste Termo, se justifica apenas como uma *mera exemplificação da qualidade mínima admitida pela Câmara*, ou seja, um instrumento de especificação do objeto, conforme permite o art. 41, inciso I, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021. Dessa maneira, as marcas de referência citadas prestam-se apenas para determinar os requisitos que devem estar presentes no objeto pretendido, como parâmetro de aferição das especificações exigidas para o produto solicitado, afastando-se eventuais dúvidas que possam ser suscitadas – logo, serão aceitos pela Câmara, sem restrições, produtos similares/equivalentes ao indicado ou de melhor qualidade, desde que detenham as especificações compatíveis com a descrição técnica de cada item.

4.2. É obrigatória a indicação, na proposta, da marca e do modelo de todos os equipamentos ofertados, devendo os equipamentos fornecidos e instalados corresponder àqueles indicados na proposta vencedora, como regra geral.

4.2.1. A substituição de marca ou modelo somente será admitida em **caráter excepcional**, mediante prévia e expressa autorização da fiscalização do contrato, desde que devidamente justificada por motivo superveniente.

4.2.2. A substituição ficará condicionada à comprovação de que o equipamento proposto em substituição possui desempenho e características técnicas equivalentes ou superiores às originalmente contratadas.

4.2.3. A eventual substituição não poderá implicar qualquer ônus adicional à Administração, nem prejuízo ao desempenho, à funcionalidade ou à integração da solução.

4.2.4. O fornecimento de equipamento em desacordo com a marca e o modelo aprovados, ou sem a devida autorização, caracterizará inexecução contratual, sujeitando a contratada às sanções cabíveis.

Subcontratação:

4.3. A subcontratação será permitida, de forma parcial, para a execução dos serviços relacionados à ***instalação física dos equipamentos, infraestrutura, cabeamento e configuração do sistema de videomonitoramento***, desde que não comprometa a qualidade, a segurança e o funcionamento da solução.

4.3.1. Fica expressamente **vedada a subcontratação do fornecimento dos equipamentos**, bem como da garantia e da manutenção do sistema, os quais deverão ser integralmente assumidos pela contratada principal.

4.3.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.3.3. A subcontratação **depende de autorização prévia** da Câmara, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de habilitação necessários para a execução do objeto.

4.3.4. Em atenção ao disposto no §3º do art. 122 da Lei n.º 14.133/2021, é **vedada** a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem

vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

Vistoria:

4.4. É facultado às licitantes realizar vistoria técnica prévia nos locais onde serão executados os serviços, com a finalidade de conhecer as condições físicas, operacionais e ambientais para a correta execução do objeto.

4.5. A vistoria, quando realizada, deverá ser previamente agendada junto à **Divisão de Informática** e ocorrer exclusivamente em dias úteis, no horário das 08h às 12h e das 13h30 às 17h.

4.6. A não realização da vistoria não poderá ser utilizada posteriormente como justificativa para alegações de desconhecimento, pedidos de aditamento, reequilíbrio econômico-financeiro, prorrogação de prazos ou quaisquer questionamentos relacionados às condições de execução, presumindo-se que a licitante tenha pleno conhecimento de todas as informações necessárias à formulação de sua proposta.

Sustentabilidade:

4.7. Os critérios de sustentabilidade aplicáveis a esta contratação estão detalhados no Estudo Técnico Preliminar, devendo ser integralmente observados pela Contratada como condição obrigatória para a execução do objeto.

Garantia da Contratação:

4.8. Não será exigida garantia da contratação para este objeto.

Da vedação da participação de empresas em consórcio:

4.9. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, tendo em vista que o objeto da contratação possui natureza comum, com complexidade técnica plenamente compatível com a execução por empresa individualmente habilitada, não sendo necessária a conjugação de capacidades técnicas, operacionais ou financeiras de múltiplas empresas para a sua execução.

Da Justificativa para Contratação em Lote Único:

4.10. A contratação dos materiais, equipamentos e dos serviços de instalação, configuração, integração e testes do sistema de monitoramento por câmeras em lote único justifica-se pela

indivisibilidade técnica e funcional do objeto, uma vez que o fracionamento poderia comprometer a compatibilidade entre os equipamentos, a integração do sistema e o desempenho da solução, além de dificultar a definição de responsabilidades em caso de falhas. A execução integral por um único contratado assegura a padronização tecnológica, a conformidade com as especificações técnicas, a qualidade e a segurança do sistema implantado, bem como simplifica a gestão e a fiscalização contratual, reduzindo riscos administrativos, operacionais e custos indiretos para a Administração, sem prejuízo à competitividade do certame.

Justificativa pela não utilização do catálogo eletrônico de padronização:

4.11. Até o presente momento, a Câmara Municipal não possui catálogo próprio, assim sendo, conforme autoriza o art. 19, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, adota-se o catálogo do Poder Executivo Federal. A Portaria SEGES/ME nº 938/2022 instituiu, no âmbito do Poder Executivo Federal, o catálogo eletrônico de padronização, o qual recomenda-se consultar para verificar se a contratação almejada está contemplada em seus termos. Em existindo padronização aprovada, ela deve ser considerada e eventual não-uso justificado, nos termos do §2º do art. 19 da Lei nº 14.133/2021. Em consulta ao link: <https://www.gov.br/pncp/pt-br/catalogo-eletronico-de-padronizacao>, onde é possível consultar o catálogo eletrônico de padronização do governo federal, não foi encontrado o objeto/serviço desta contratação. Verifica-se que, até o momento, apenas foi disponibilizado para consulta os bens água mineral natural sem gás, café e açúcar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO:

Prazo, forma e local:

5.1. A execução do objeto compreenderá o fornecimento dos equipamentos, instalação física, configuração, testes, entrega técnica e entrada em operação do sistema de videomonitoramento, conforme especificações técnicas constantes neste Termo de Referência, mediante Ordem de Serviço emitida pela Câmara Municipal de Pará de Minas.

5.2. Os serviços de instalação e configuração deverão ser executados nas dependências da Câmara Municipal de Pará de Minas, abrangendo áreas internas e externas, em locais previamente definidos pela Contratante.

5.2.1. Eventuais atividades complementares que, por necessidade técnica, venham a ser realizadas fora das dependências da Contratante deverão ser previamente autorizadas, não podendo acarretar prejuízo à rastreabilidade, segurança, integridade e garantia dos equipamentos e serviços contratados.

5.3. A execução dos serviços deverá ocorrer mediante prévio agendamento com a Contratante, de **segunda a sexta-feira**, no horário das **8h às 17h**, observadas as normas internas de acesso, segurança e funcionamento da Câmara Municipal.

5.4. A Contratada deverá cumprir rigorosamente os **prazos estabelecidos neste Termo de Referência**, responsabilizando-se por comunicar formalmente à Contratante, dentro do prazo originalmente previsto, qualquer impossibilidade de cumprimento, devidamente justificada, para análise, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovadas.

5.5. Os equipamentos e materiais fornecidos deverão ser novos, sem utilização anterior, entregues devidamente lacrados e embalados, em conformidade com as especificações técnicas de fábrica e com os requisitos mínimos estabelecidos neste Termo de Referência.

5.6. Os equipamentos descritos nos **itens 1 a 3**, especificamente as câmeras IP e os gravadores de vídeo em rede (NVR), deverão ser do mesmo fabricante, como requisito indispensável para garantir a plena compatibilidade técnica entre os dispositivos, bem como o correto funcionamento dos recursos de gravação, gerenciamento, integração, eventos e funcionalidades inteligentes do sistema.

Especificações técnicas da execução dos serviços:

5.7. Da Instalação dos Equipamentos:

5.7.1. A instalação dos equipamentos deverá observar, no mínimo, os seguintes procedimentos técnicos:

- a)** fixação adequada das câmeras, NVRs e demais dispositivos, respeitando as características estruturais e ambientais de cada local;
- b)** instalação e organização do cabeamento de rede e de alimentação, conforme normas técnicas aplicáveis;
- c)** identificação física dos equipamentos e pontos de instalação;
- d)** verificação da integridade física dos equipamentos antes da ativação;
- e)** adequação dos ângulos de visão, enquadramento e posicionamento das câmeras, conforme finalidade do monitoramento.

5.8. Da Distribuição dos Equipamentos:

5.8.1. A distribuição dos equipamentos do sistema de monitoramento deverá priorizar a otimização da infraestrutura de cabeamento, de forma a reduzir percursos, minimizar interferências e garantir maior eficiência operacional.

5.8.2. Os equipamentos serão distribuídos entre os pavimentos do edifício, sendo prevista a instalação de **01 (um) rack** por pavimento, contendo NVR e nobreak, no 4º, 3º e 2º pavimentos, bem como no Plenário, além da instalação de **02 (dois) racks** na garagem, observadas as condições físicas e técnicas de cada local.

5.8.3. Em cada pavimento, serão instaladas no máximo **16 (dezesseis) câmeras**, respeitando-se as limitações técnicas dos equipamentos, as boas práticas de projeto e as diretrizes de segurança estabelecidas neste Termo de Referência.

5.9. Da Configuração do Sistema:

5.9.1. A Contratada deverá realizar a configuração completa do sistema de videomonitoramento, em conformidade com as diretrizes, orientações e parâmetros definidos pela Contratante, contemplando, no mínimo, as seguintes atividades:

- a) configuração de endereçamento IP, parâmetros de rede e comunicação entre câmeras, NVRs e o software de gerenciamento;
- b) parametrização de qualidade de imagem, resolução, compressão e taxas de gravação, de acordo com os critérios operacionais estabelecidos pela Contratante;
- c) configuração dos modos de gravação, incluindo gravação contínua, por detecção de movimento e por eventos inteligentes, conforme as funcionalidades disponíveis nos equipamentos e as diretrizes definidas;
- d) configuração de eventos, alertas e recursos de análise de vídeo, quando suportados pelos equipamentos, observadas as orientações da Contratante;
- e) integração das câmeras e NVRs ao software de gerenciamento centralizado do fabricante, garantindo operação unificada do sistema;
- f) criação, ajuste e gerenciamento de usuários e perfis de acesso, conforme níveis de permissão definidos pela Contratante.

5.10. Dos Testes e da Aceitação:

5.10.1. Após a instalação e configuração, a Contratada deverá realizar testes operacionais e funcionais, incluindo:

- a) verificação do funcionamento individual de todas as câmeras;
- b) validação da gravação, reprodução e exportação de imagens;

c) verificação da comunicação entre câmeras, NVRs e software de gerenciamento;

d) validação dos recursos de visualização simultânea das câmeras.

5.10.2. O aceite definitivo dos serviços ficará condicionado à comprovação do pleno funcionamento do sistema, mediante validação pela fiscalização designada pela Contratante.

5.11. Da Infraestrutura:

5.11.1. Toda a infraestrutura necessária para a instalação, conexão e pleno funcionamento do sistema de videomonitoramento será de inteira responsabilidade da Contratada, devendo estar integralmente contemplada nos preços contratados, não sendo devido qualquer ônus adicional à Contratante em razão da execução dos serviços.

5.11.2. Para os fins deste Termo de Referência, considera-se infraestrutura todos os materiais, serviços e recursos indispensáveis à correta execução da instalação, incluindo exclusivamente o que for essencial para o lançamento, fixação, acomodação e proteção do cabeamento e dos equipamentos, tais como cabeamento estruturado, conectores, suportes, caixas, dispositivos de fixação e demais acessórios necessários à instalação das câmeras, NVRs e demais equipamentos.

5.11.2.1. A Contratada deverá utilizar, sempre que existentes, as infraestruturas físicas já disponíveis, como forros, paredes, eletrodutos ou canaletas, sendo responsável por adotar as soluções técnicas necessárias para que o cabeamento permaneça embutido e não aparente, inclusive mediante a utilização de recursos adicionais indispensáveis à adequada fixação e acabamento, sem transferência de custos à Contratante.

5.11.3. A execução da infraestrutura do sistema de videomonitoramento deverá contemplar a **remoção** integral do cabeamento lógico existente relacionado ao sistema atual, quando houver, bem como sua destinação adequada, conforme orientação da Contratante.

5.11.3.1. Caberá à contratada realizar a instalação de novo cabeamento lógico, fornecido no âmbito da presente contratação, em quantidade estimada pela Administração, necessário ao pleno funcionamento do sistema.

5.11.4. Deverão ser executadas todas as instalações lógicas e de rede indispensáveis à operação da solução, não sendo exigidos ou permitidos serviços de adequação elétrica, tendo em vista que os equipamentos utilizarão alimentação por meio de PoE (Power over Ethernet).

5.11.4.1. A execução dos serviços deverá assegurar organização, acabamento e recomposição adequados dos pontos de instalação, preservando a estética, a integridade e as condições originais das instalações da Contratante.

5.11.5. Todo o cabeamento lógico do sistema deverá ser executado por meio de cabeamento estruturado em cabo de par trançado UTP Categoria 6, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, especialmente a ANSI/TIA/EIA 568, não sendo permitidas emendas nos cabos destinados à conexão dos equipamentos.

5.11.6. Os cabos utilizados deverão atender integralmente às normas ANSI/TIA/EIA 568, sendo do tipo U/UTP, adequados ao ambiente de instalação, tanto interno quanto externo, devendo conter, em sua capa externa, identificação do fabricante, da categoria do cabo e demais informações exigidas pelas normas técnicas vigentes.

5.11.7. O cabeamento deverá ser preferencialmente embutido em forros e paredes.

5.11.7.1. Nas situações em que já existam eletrodutos, canaletas ou dutos disponíveis, o novo cabeamento deverá ser instalado obrigatoriamente no interior dessas infraestruturas, não sendo permitida fiação aparente, excetuadas situações específicas previamente autorizadas pela Contratante, como áreas técnicas ou ambientes de garagem.

5.11.8. Todo o cabeamento que alimenta cada equipamento deverá ser devidamente identificado, por meio de anilhamento, etiquetagem ou método equivalente, permitindo sua correta identificação, rastreabilidade e facilidade de manutenção futura.

5.11.9. Todo o cabeamento horizontal deverá ser terminado e concentrado em rack apropriado, garantindo organização, identificação dos pontos e facilidade de manutenção.

5.11.10. Deverá ser providenciada, quando solicitado pela Contratante, a infraestrutura lógica necessária à integração do sistema de videomonitoramento à rede LAN existente, respeitando as políticas de rede e segurança da informação da Câmara Municipal.

5.12. Dos Prazos de Execução:

5.12.1. O prazo **máximo** para entrega, instalação, configuração e entrada em operação do sistema será de até **20 (vinte) dias úteis**, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço.

5.12.2. Eventuais ajustes, correções ou complementações identificadas deverão ser realizados pela Contratada **sem ônus adicional**, no prazo máximo de **05 (cinco) dias**, contados da notificação da Contratante.

5.13. Da Responsabilidade e Garantia do Serviço:

5.13.1. A Contratada será **integralmente responsável** por quaisquer danos causados aos equipamentos, à infraestrutura ou às instalações da Contratante decorrentes de instalação,

configuração ou manuseio inadequados, devendo arcar com os custos de reparo ou substituição, sem prejuízo das sanções cabíveis.

5.13.2. Os **equipamentos** fornecidos deverão possuir **garantia mínima** conforme especificado individualmente para cada item na **cláusula 1.2.1** deste Termo de Referência, abrangendo defeitos de fabricação, falhas de funcionamento e vícios que comprometam o desempenho, a estabilidade ou a operação regular dos equipamentos, durante todo o período de garantia.

5.13.3. Os preços contratados deverão abranger todos os custos necessários à execução integral do objeto, incluindo fornecimento e transporte dos equipamentos, mão de obra, cabeamento, materiais e acessórios necessários à fixação e instalação dos equipamentos, configuração, testes, tributos, encargos e demais despesas incidentes, não sendo admitida qualquer cobrança adicional, sob qualquer título.

5.13.4. Após o aceite definitivo, a Contratada deverá prestar **suporte técnico** corretivo e operacional, sem ônus adicional, pelo prazo mínimo de **30 (trinta) dias**, destinado à realização de ajustes, correções e adequações decorrentes da fase de implantação, desde que não impliquem alteração do escopo do objeto contratado.

5.14. Do Sigilo e da Confidencialidade:

5.14.1. A empresa contratada deverá resguardar a confidencialidade dos dados sensíveis relacionados à segurança institucional da Câmara Municipal, entendidos como aqueles que, por sua natureza, não sejam passíveis de divulgação pública, incluindo informações operacionais, configurações técnicas específicas, layouts de instalação, rotinas de funcionamento, parâmetros de segurança, imagens, registros e demais elementos do sistema de videomonitoramento aos quais tiver acesso em razão da execução do contrato.

5.14.2. A obrigação de confidencialidade não se aplica às informações e documentos sujeitos ao princípio da publicidade, nem àqueles cuja divulgação seja exigida por lei, limitando-se exclusivamente à proteção de dados sensíveis, nos termos da legislação aplicável, inclusive da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

5.14.3. A contratada será responsável por assegurar que seus empregados, prepostos e terceiros eventualmente envolvidos na execução do contrato observem as mesmas obrigações de confidencialidade, devendo adotar medidas internas de controle para prevenir acessos, uso ou divulgação indevidos, permanecendo tal obrigação vigente durante a execução contratual e após o seu encerramento.

5.15. Da Não Divulgação do Projeto Técnico:

5.15.1. O projeto técnico detalhado do sistema de monitoramento por câmeras não será disponibilizado nem publicado juntamente com este Termo de Referência, por razões de segurança institucional, considerando que tal documentação contém informações sensíveis relacionadas à arquitetura do sistema, posicionamento estratégico dos equipamentos, topologia de rede e demais elementos que, se divulgados, podem comprometer a integridade e a eficácia do sistema de segurança.

5.15.2. Para fins de compreensão do escopo e elaboração das propostas, serão anexadas a este Termo de Referência **plantas básicas do edifício**, contendo apenas informações gerais de layout físico, sem detalhamento técnico do sistema de segurança, as quais deverão ser utilizadas exclusivamente como subsídio para o dimensionamento preliminar da solução.

5.15.3. Com o objetivo de complementar as informações necessárias à adequada formulação da proposta, é facultada às licitantes a realização de **vistoria técnica** no local, nos termos e condições estabelecidos na **Cláusula 4.4** deste Termo de Referência, não sendo a sua realização obrigatória para fins de participação no certame.

6. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. As comunicações entre Câmara e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3. O contrato, ou instrumento equivalente oriundo desta contratação, terá como responsáveis:

6.3.1. GESTOR DO CONTRATO: José Carlos Moreira Júnior - Chefe da Divisão de Compras e Gestão de Contratos, conforme art. 3º do Ato da Mesa Diretora nº 07/2023.

6.3.2. FISCAL DO CONTRATO: Luís Gustavo Fernandes Costa – Chefe de Divisão de Informática e Euler Aparecido de Souza Garcia – Técnico de Informática, conforme Portaria nº 13/2025.

6.4. Compete ao **Gestor do Contrato** e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao seu substituto, a administração do contrato e, nos termos do art. 8º do Ato da Mesa Diretora nº 07/2023, em especial:

I. orientar os fiscais de contrato no desempenho de suas atribuições;

- II. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato ou terceiros contratados, das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;
- III. acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa, caso necessário, em relatório de riscos eventuais;
- IV. coordenar a autuação da rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais;
- V. comunicar ao fiscal do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;
- VI. coordenar os atos preparatórios relativos à instrução processual e proceder à formalização da celebração de aditivos, prorrogações, reajustes ou rescisões contratuais;
- VII. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido por comissão designada especialmente para esse fim.

6.5. Compete aos Fiscais do Contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao seu substituto, exercer a verificação concreta do objeto e, nos termos do art. 9º do Ato da Mesa Diretora nº 07/2023, em especial:

- I. prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes as suas competências;
- II. anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- III. emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;
- IV. informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

- V. comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;
- VI. fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato;
- VII. realizar o recebimento provisório e definitivo do objeto do contrato, nos termos das disposições editalícias e/ou contratuais;
- VIII. manifestar, quando for o caso, a intenção de renovação ou prorrogação contratual, após a comunicação do gestor sobre o término de contrato sob sua responsabilidade.

6.6. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Câmara ou a terceiros em razão da execução do objeto, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante, em conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:

Recebimento do Objeto:

7.1. O objeto será recebido **provisoriamente**, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo fiscal do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. O objeto será recebido **definitivamente**, pelo fiscal do contrato, no prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do objeto e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.2.1. O prazo para o recebimento definitivo poderá ser *excepcionalmente* prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.2.2. Na hipótese de o recebimento definitivo não ser procedido dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizado, consumando-se no dia do esgotamento do prazo.

7.2.3. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando estiver em desacordo com as especificações constantes deste Termo de

Referência e da proposta, devendo ser **substituído** no prazo estabelecido na **cláusula 5.12.2** deste Termo de Referência.

7.2.3.1. Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará a contratada incorrendo em atraso na entrega e sujeita à aplicação das sanções cabíveis.

7.3. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.4. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do objeto nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação e Pagamento

7.6. Após o recebimento definitivo do objeto, correrá o prazo de até **05 (cinco) dias úteis** para fins de liquidação e pagamento, prorrogáveis por igual período.

7.7. A nota fiscal deverá ser emitida sem rasuras, contendo como beneficiário/cliente a Câmara Municipal de Pará de Minas, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.931.994/0001-77, com a descrição clara do objeto do contrato, data da emissão, valor a pagar, eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis e demais informações necessárias.

7.8. Havendo erro/inconsistência na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, não respondendo a Câmara por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

7.9. A contratada deverá manter a regularidade fiscal e trabalhista exigida durante a vigência do contrato.

7.9.1. Constatada situação de irregularidade fiscal e trabalhista da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, sem prejuízo do pagamento pelo fornecimento já efetuado, para, num prazo exequível, fixado pela Contratante, regularizar a situação, ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, sob pena de rescisão contratual.

7.9.2. O prazo para regularização ou encaminhamento da defesa de que trata o subitem anterior poderá ser prorrogado à critério da Contratante.

7.10. O pagamento será efetuado de acordo com a Autorização de Fornecimento, por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em conta bancária indicada pela Contratada.

7.11. No caso de eventual atraso de pagamento pela Contratante, e mediante pedido da Contratada, os valores devidos serão atualizados monetariamente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), desde o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização.

7.12. É vedado ao contratado transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

Retenções Tributárias

7.13. Sobre o valor devido ao contratado, a Câmara efetuará as **retenções tributárias cabíveis**.

7.13.1. Em observância ao **Decreto Municipal nº 13.047/2023**, a contratante procederá à **retenção do Imposto de Renda ao efetuar o pagamento referente a qualquer bem ou serviço contratado**, conforme disposto na Lei Federal nº 9.430/1996, combinada com o teor da Instrução Normativa nº 1.234/2012 da Receita Federal, de acordo com as alíquotas estabelecidas nestes normativos.

7.13.2. O valor bruto da contratação e os valores de Imposto de Renda a serem retidos na operação **deverão ser informados** nas notas fiscais, nas faturas, nos boletos bancários ou em quaisquer outros documentos de cobrança que contenham códigos de barras, sob pena de devolução do documento para correção.

7.13.3. O pagamento será efetuado pela contratante pelo valor deduzido da respectiva retenção.

7.13.4. Caso a contratada esteja enquadrada dentre as hipóteses em que não haverá retenção, previstas no art. 4º da **Instrução Normativa nº 1.234/2012 da Receita Federal**, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**.

Exigências de habilitação:

8.2. A habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e a qualificação econômico-financeira será definida no Edital.

8.3. Não será exigida habilitação técnica.

9. OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

9.1. Obrigações da Contratada:

9.1.1. Tomar todas as providências necessárias ao fiel cumprimento do Contrato;

9.1.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela contratante, em estrita observância às especificações contidas neste Termo e no Contrato, acompanhado da respectiva nota fiscal;

9.1.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados;

9.1.4. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela Contratante, atendendo prontamente a quaisquer reclamações;

9.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.6. Comunicar ao Fiscal do Contrato sempre que verificar condições inadequadas ou a iminência de ocorrências que possam vir a prejudicar o correto fornecimento do produto;

9.1.7. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, **exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou no contrato**;

9.1.8. Indicar, logo após a assinatura do contrato e sempre que ocorrer alteração, um funcionário com plenos poderes para representá-la, assim como para decidir acerca de questões relativas ao contrato, bem como para atender aos chamados do gestor e do fiscal de contrato da Câmara, principalmente em situações de urgência, com base em contato feito por meio de telefonia móvel ou outro meio igualmente eficaz;

9.1.9. Fornecer números telefônicos, e-mail e/ou outros meios igualmente eficazes para contato do gestor/fiscal de contrato da Câmara com a Contratada, ainda que fora do horário normal de expediente, sem que isso gere qualquer custo adicional;

9.1.10. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham incidir na execução do contrato;

9.1.11. Providenciar, de imediato, a correção das deficiências apontadas pelo gestor/fiscal de contrato da Câmara com respeito à execução do objeto;

9.1.12. Providenciar a imediata troca do objeto que apresentar defeito/vício dentro do prazo da garantia legal ou, se superior, da garantia fornecida pelo Contratado, às suas expensas, de acordo com prazo fixado;

9.1.13. Indenizar a Câmara por todo e qualquer dano decorrente, direta e indiretamente, da execução do contrato, por culpa ou dolo de seus empregados ou prepostos;

9.1.14. Cumprir os prazos previstos no contrato/instrumento equivalente ou outros que venham a ser fixados pela Câmara.

9.1.15. Não permitir a utilização do trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, nos termos do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

9.1.16. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, conforme art. 116 da Lei nº 14.133/2021;

9.1.17. Devolver à Contratante os valores integralmente pagos, caso não haja execução do objeto no prazo contratual (Orientação Normativa AGU 76/2023).

9.2. Obrigações da Contratante:

9.2.1. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações contidas neste Termo e no Contrato, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.2.2. Rejeitar todo e qualquer produto de má qualidade e em desconformidade com as especificações deste Termo;

9.2.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada em relação ao objeto do Contrato;

9.2.4. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no produto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

9.2.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da Contratada pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatada;

9.2.6. Efetuar o pagamento no valor correspondente ao fornecimento do objeto, prazo e forma previstos neste Termo de Referência;

9.2.7. Proporcionar acesso e movimentação do pessoal contratado às suas instalações;

9.2.8. Decidir acerca das questões que se apresentarem durante a execução do contrato, se não abordadas no Termo de Referência;

9.2.9. Verificar a regularidade fiscal e recolhimento dos encargos sociais antes de efetuar cada pagamento;

9.2.10. Aplicar à Contratada as penalidades contratuais e regulamentares cabíveis;

9.2.11. Verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas **antes** de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato;

9.2.12. Emitir, de forma explícita, no prazo de até **1 (um) mês**, contado da data do protocolo, admitida a prorrogação motivada por igual período, decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do objeto, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, nos termos do art. 123 da Lei nº 14.133/2021;

9.2.13. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de **1 (um) mês**.

10. SANÇÕES APLICÁVEIS:

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes:

10.2.1. advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

10.2.2. impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

10.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;

10.2.4. Multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 45 (quarenta e cinco) dias;

10.2.5. Multa rescisória de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, em caso de inexecução parcial do contrato;

10.2.6. Multa rescisória de 30% (trinta por cento) sobre o valor do Contrato, em caso de inexecução total do contrato;

10.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

10.4. Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, observados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

10.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada de eventual garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

10.7. O descumprimento parcial ou total, por uma das partes, das obrigações que lhes correspondam, não será considerado como inadimplemento contratual se tiver ocorrido por motivo de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificados e comprovados, cujos efeitos não eram possíveis evitar, ou impedir, nos termos do art. 393 do Código Civil.

10.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

Da pesquisa de preços no mercado:

11.1. Para a realização da pesquisa de preços, foram utilizados os parâmetros estabelecidos no §1º do artigo 23 da Lei nº 14.133/21, especificamente os incisos II, III e IV, bem como a Instrução Normativa nº 01/2019 da Câmara Municipal de Pará de Minas.

11.2. Em cumprimento ao disposto no art. 6º, inciso XXIII, alínea i da Lei 14.133/2021, o custo total estimado da contratação, acompanhado dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos constam do **Documento de Formalização da Pesquisa de Preço**, que compõe as **fls. 50/54** do processo.

Do critério de aceitabilidade de preços:

11.3. O preço estimado corresponde ao **máximo** que a Câmara se dispõe a pagar, de forma que propostas com valores superiores serão **desclassificadas**.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento da Câmara Municipal.

12.2. A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

01.001.01.031.0003.4024 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE TODO O CORPO LEGISLATIVO

Elemento / Ficha

33.90.30.00.58 – Material de Consumo

Subelemento

33.90.30-17 – Material de Processamento de dados (item 04)

33.90.30.26 – Material Elétrico e Eletrônico (item 07)

Elemento/Ficha

33.90.40.00.62 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação

Subelemento:

33.90.40.99 – Outros Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (item 08)

Elemento/Ficha

44.90.52.00.65 – Equipamentos e Material Permanente

Subelemento

44.90.52.19 – Equipamento de Processamento de Dados (item 05)

44.90.52.17 – Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto (itens 01, 02 e 03)

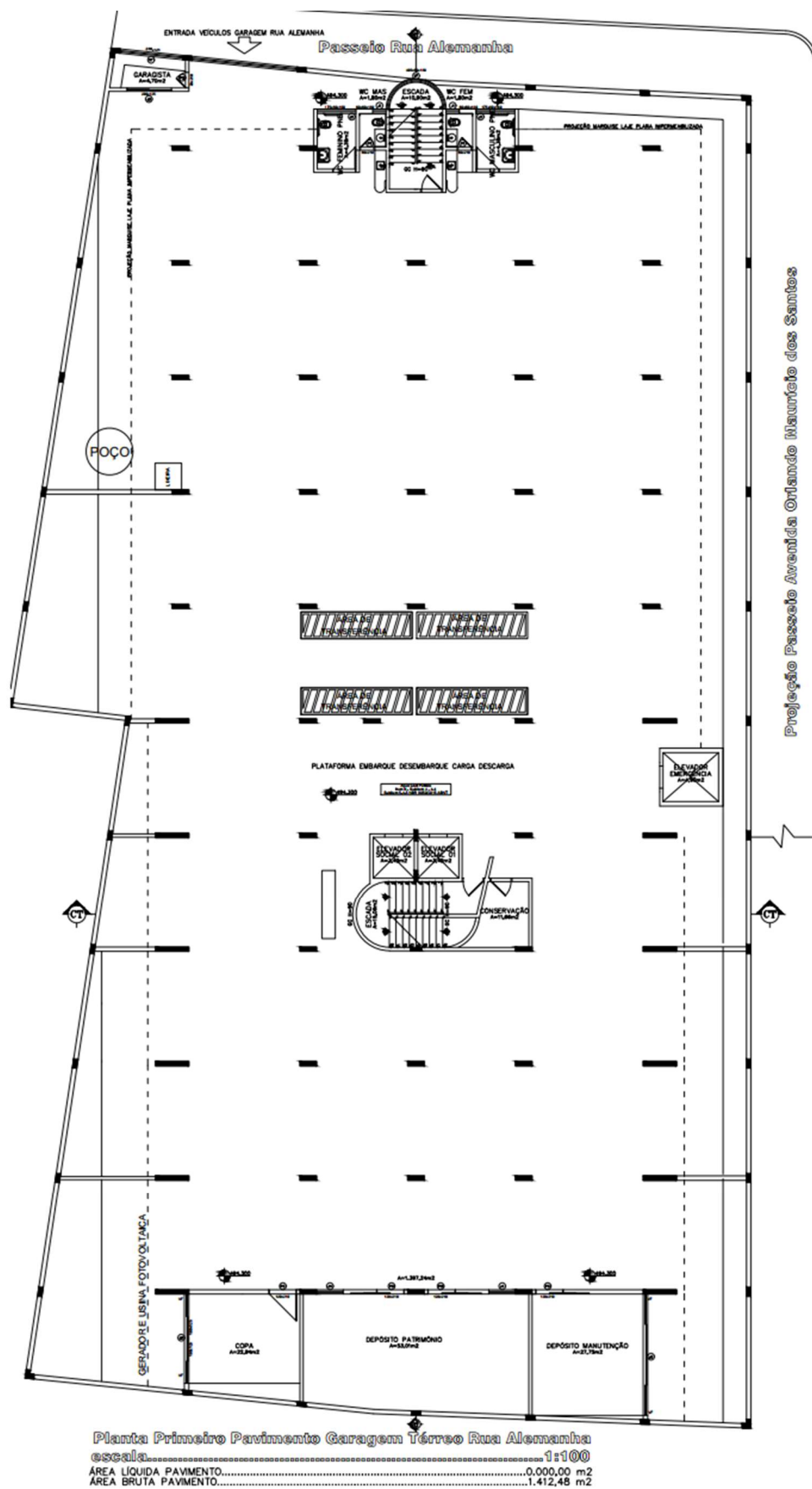
44.90.52.15 – Máquinas e Equipamentos Energéticos (item 06)

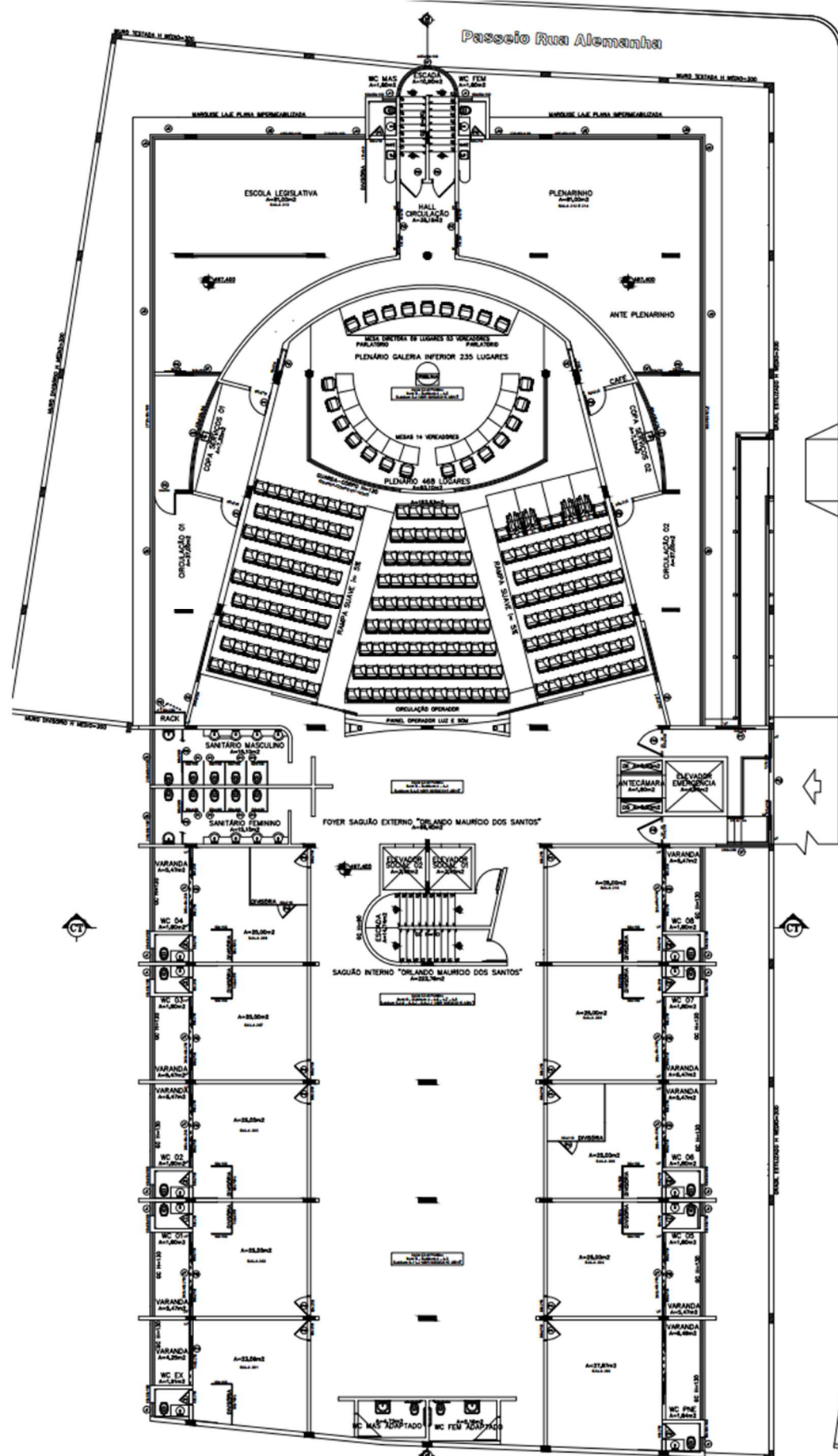
12.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Pará de Minas, 10 de abril de 2026.

Luís Gustavo Fernandes Costa
Chefe de Divisão de Informática

Anexo I-A –Plantas básicas do edifício sede do Prédio da Câmara Municipal de Pará de Minas



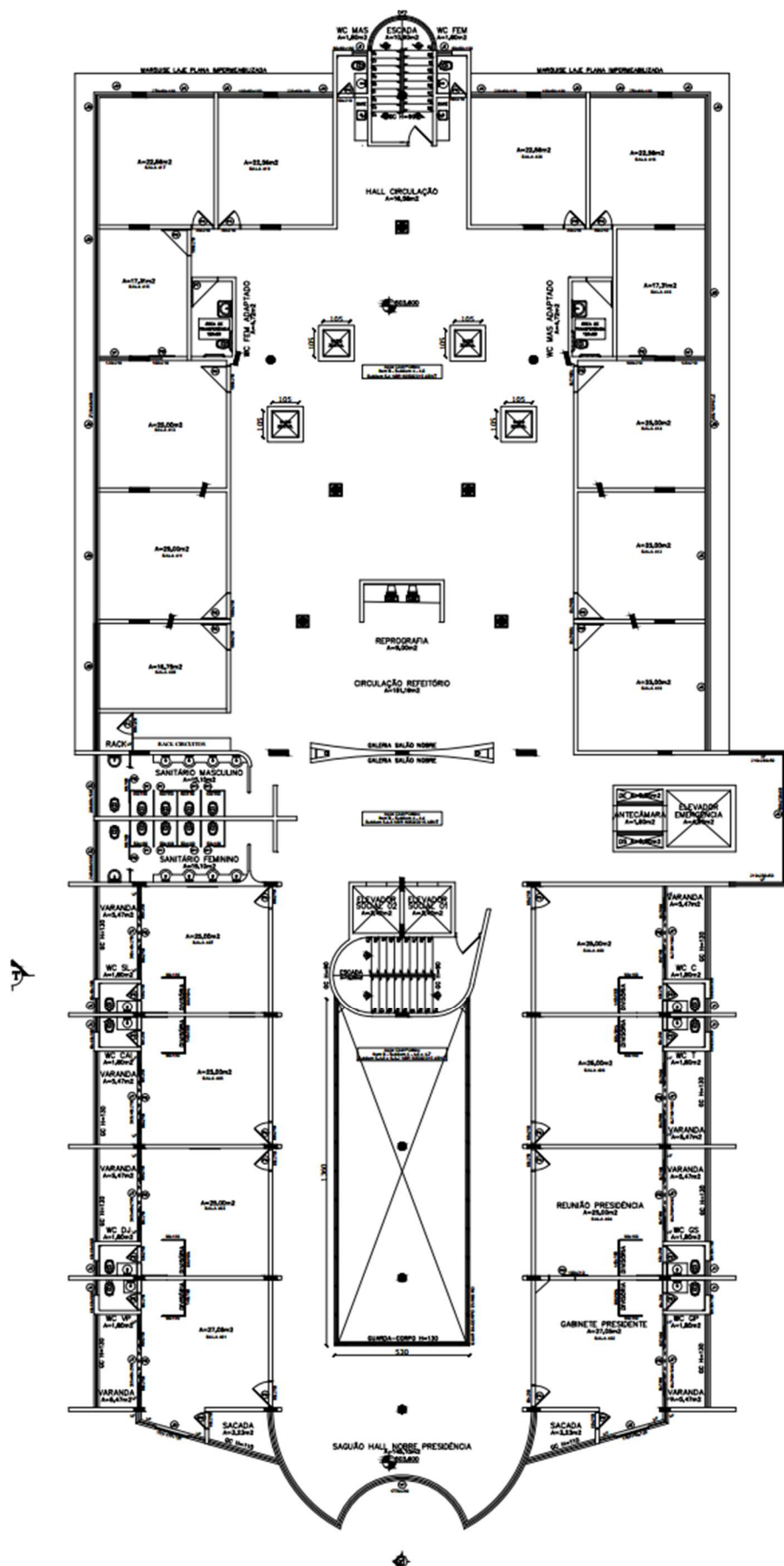


Planta Segundo Pavimento Térreo Avenida Orlando Maurício dos Santos

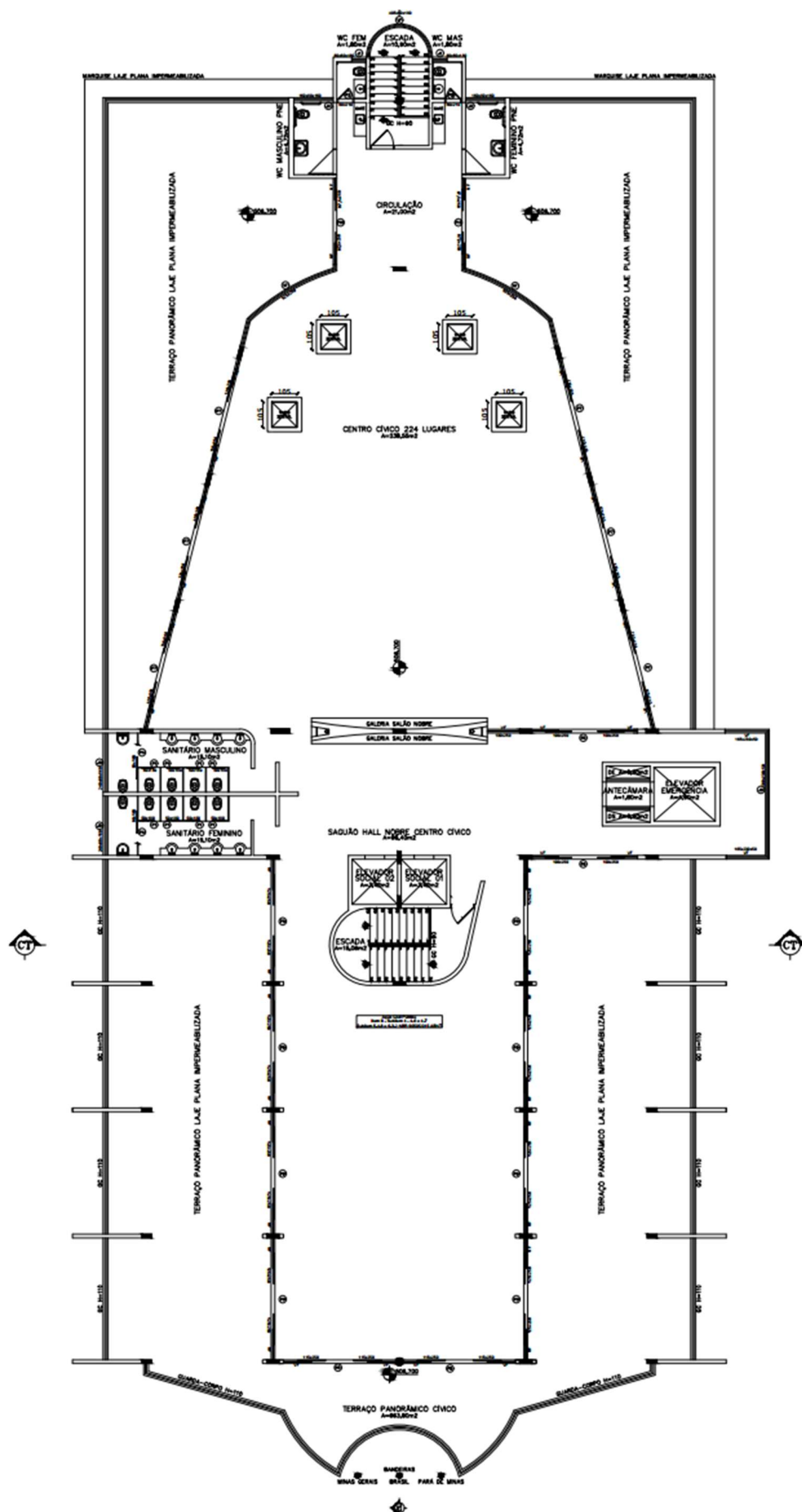
| | |
|------------------------|-------------------------|
| escala | 1:50 |
| ÁREA LÍQUIDA PAVIMENTO | 0.000,00 m ² |
| ÁREA BRUTA PAVIMENTO | 1.406,00 m ² |



| | |
|-----------------------------|-------------|
| escala..... | 1:50 |
| ÁREA LÍQUIDA PAVIMENTO..... | 0.000,00 m2 |
| ÁREA BRUTA PAVIMENTO..... | 1.301,00 m2 |



Planta Expansão Quarto Pavimento Sobreloja Avenida Presidente Vargas
escala.....1:100
ÁREA LÍQUIDA PAVIMENTO.....0.000,00 m²
ÁREA BRUTA PAVIMENTO.....1.324,65 m²



Planta Expansão Quinto Pavimento Terraço Panorâmico Cívico
escala.....1:100
ÁREA LÍQUIDA PAVIMENTO.....000,00 m²
ÁREA BRUTA PAVIMENTO.....663,80 m²

ANEXO II – MODELO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026

Objeto: Aquisição e implantação de sistema integrado de videomonitoramento por câmeras IP (CFTV), com fornecimento de equipamentos e serviços de instalação, configuração e entrega em pleno funcionamento, para atendimento das necessidades de segurança institucional da Câmara Municipal.

| |
|--------------------------|
| DADOS DA EMPRESA |
| Nome: |
| CNPJ: |
| Endereço: |
| CEP: |
| Telefone com DDD: |
| E-mail: |
| Dados bancários: |

Em atendimento ao Edital do Pregão acima mencionado, apresentamos a seguinte proposta de preços:

| ITEM | QUANT. | UNID. | ESPECIFICAÇÃO | MARCA / MODELO | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|------|--------|-------|--|----------------|----------------|-------------|
| 1 | 57 | Un. | Câmeras Internas | | | |
| 2 | 09 | Un. | Câmeras Externas | | | |
| 3 | 07 | Un. | Gravador de vídeo em rede (NVR) | | | |
| 4 | 14 | Un. | Disco Rígido | | | |
| 5 | 07 | Un. | Rack | | | |
| 6 | 07 | Un. | Nobreaks | | | |
| 7 | 07 | Cx. | Caixa de cabo de rede CAT6 com 305m | | | |
| 8 | 01 | Un. | Serviços de instalação, configuração, integração, testes operacionais e demais atividades necessárias à completa e adequada execução do objeto da contratação. | | | |

- É **obrigatória** a indicação de **marca e modelo** de todos os equipamentos na proposta (**itens 1 a 7**).

- *Complementarmente às especificações técnicas constantes na tabela de “**ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS EQUIPAMENTOS**”, fica estabelecido que todas as câmeras de videomonitoramento e os respectivos gravadores de vídeo em rede (NVR), itens 1 a 3, deverão ser do mesmo fabricante, de modo a garantir total compatibilidade entre os equipamentos, pleno funcionamento dos recursos de gravação, gerenciamento, eventos e funcionalidades inteligentes, bem como evitar limitações decorrentes de interoperabilidade parcial entre fabricantes distintos.*

- O(s) preço(s) registrado(s) na forma expressa no sistema eletrônico e nesta proposta incluem todos os custos e todas as despesas, diretas e indiretas, para entrega do objeto na Câmara Municipal de Pará de Minas – MG.

- **DECLARAMOS** que o(s) item(ns) constante(s) desta proposta corresponde(m) exatamente às especificações descritas no Termo de Referência (Anexo I do Edital), às quais aderimos formalmente.

- **PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:** _____ (por extenso) dias *[observar o disposto no Edital – Cláusula 3.12]*

| |
|--|
| DADOS PARA ASSINATURA DO CONTRATO: |
| Nome: |
| Cargo: |
| CPF/RG: |
| OBS.: O signatário deve possuir poderes de administração estabelecidos em contrato social e/ou possuir procuração com poderes para assinar contratos em nome da empresa. A documentação comprobatória deverá ser encaminhada quando da assinatura do contrato. |

[Local], _____, de _____ de 2026.

[Assinatura do representante legal da empresa]

ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº XX / 2026

Contrato Administrativo nº XX/2026, que fazem entre si a Câmara Municipal de Pará de Minas e a XXXX.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE PARÁ DE MINAS**, inscrita no CNPJ sob o nº 20.931.994/0001-77, com sede na cidade de Pará de Minas/MG, na Avenida Presidente Vargas, nº 1.935, Bairro Senador Valadares, CEP nº 35.661-044, neste ato representada por seu Presidente, Vereador **GERALDO MAGELA DE ALMEIDA**, portador da carteira de identidade nº _____ e inscrito no CPF sob o nº _____, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa _____, inscrita no CNPJ _____, com sede na [inserir endereço completo], doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por _____, portador da carteira de identidade nº _____ e inscrito no CPF sob o nº _____, tendo em vista o que consta no **Pregão Eletrônico nº 06/2026**, oriundo do **Processo de Compra nº 15/2026** e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Aquisição e implantação de sistema integrado de videomonitoramento por câmeras IP (CFTV), com fornecimento de equipamentos e serviços de instalação, configuração e entrega em pleno funcionamento, para atendimento das necessidades de segurança institucional da Câmara Municipal.

1.2. Da especificação do objeto:

| ITEM | QTD. | UNID. | ESPECIFICAÇÃO | MARCA/ MODELO | PREÇO UNITÁRIO | PREÇO TOTAL |
|------|------|-------|---------------------------------|------------------|-------------------|----------------|
| 1 | 57 | Un. | Câmeras Internas | | | |
| 2 | 09 | Un. | Câmeras Externas | | | |
| 3 | 07 | Un. | Gravador de vídeo em rede (NVR) | | | |
| 4 | 14 | Un. | Disco Rígido | | | |
| 5 | 07 | Un. | Rack | | | |
| 6 | 07 | Un. | Nobreaks | | | |

| | | | | | | |
|---|----|-----|--|--|--|--|
| 7 | 07 | Cx. | Caixa de cabo de rede CAT6 com 305m | | | |
| 8 | 01 | Un. | Serviços de instalação, configuração, testes operacionais e demais atividades necessárias à completa e adequada execução do objeto da contratação. | | | |

1.3. A especificação detalhada do objeto encontra-se no **item 1** do Termo de Referência que integra o Edital como **Anexo I**.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO

2.1. Este Contrato vincula-se ao **Pregão Eletrônico nº 06/2026**, oriundo do **Processo de Compra nº 15/2026**, ao Termo de Referência, à proposta comercial da **CONTRATADA**, às Autorizações de Fornecimento, Notas de Empenho e demais documentos que compõem o processo mencionado que, *independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste instrumento.*

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1. A Câmara Municipal pagará a quantia total de **R\$ _____** (_____), pela aquisição do objeto, sendo o empenho e o pagamento efetuados de acordo com a Solicitação de Fornecimento emitida.

3.2. O valor acima ajustado inclui todas as despesas relacionadas à entrega do objeto, abrangendo tributos, mão de obra, transporte, frete, equipamentos necessários, embalagem adequada para evitar danos durante o transporte, garantia de entrega dentro do prazo estipulado e quaisquer outros custos pertinentes que assegurem a integridade e funcionalidade dos equipamentos no momento da entrega.

4. CLÁUSULA QUARTA - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO E MODELO DE EXECUÇÃO

4.1. A execução do objeto contratual observará, em sua integralidade, as disposições consignadas no Termo de Referência e respectivos anexos, que integram o presente instrumento, com ênfase no **item 05**, que disciplina o modelo de execução do objeto.

4.2. A prestação deverá ocorrer em estrita conformidade com as especificações técnicas, prazos, condições operacionais e parâmetros de qualidade ali estabelecidos, sendo tais documentos parte indissociável do presente Contrato, para todos os fins de direito.

4.3. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência.

5. CLÁUSULA QUINTA – MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

5.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

5.3. As comunicações entre Câmara e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.4. Este contrato terá como responsáveis:

5.4.1. GESTOR DO CONTRATO: José Carlos Moreira Júnior - Chefe da Divisão de Compras e Gestão de Contratos, conforme art. 3º do Ato da Mesa Diretora nº 07/2023.

5.4.2. FISCAL DO CONTRATO: Luís Gustavo Fernandes Costa – Chefe de Divisão de Informática e Euler Aparecido de Souza Garcia – Técnico de Informática, conforme Portaria nº 13/2025.

5.5. Compete ao Gestor do Contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao seu substituto, a administração do contrato e, nos termos do art. 8º do Ato da Mesa Diretora nº 07/2023, em especial:

- I.** orientar os fiscais de contrato no desempenho de suas atribuições;
- II.** acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato ou terceiros contratados, das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;
- III.** acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal

da liquidação e do pagamento da despesa, caso necessário, em relatório de riscos eventuais;

- IV.** coordenar a autuação da rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais;
- V.** comunicar ao fiscal do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;
- VI.** coordenar os atos preparatórios relativos à instrução processual e proceder à formalização da celebração de aditivos, prorrogações, reajustes ou rescisões contratuais;
- VII.** tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido por comissão designada especialmente para esse fim.

5.6. Compete ao Fiscal do Contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao seu substituto, exercer a verificação concreta do objeto e, nos termos do art. 9º do Ato da Mesa Diretora nº 07/2023, em especial:

- I.** prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes as suas competências;
- II.** anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- III.** emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;
- IV.** informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
- V.** comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;
- VI.** fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, com a conferência

das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato;

VII. realizar o recebimento provisório e definitivo do objeto do contrato, nos termos das disposições editalícias e/ou contratuais;

VIII. manifestar, quando for o caso, a intenção de renovação ou prorrogação contratual, após a comunicação do gestor sobre o término de contrato sob sua responsabilidade.

IX. A Contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Câmara ou a terceiros em razão da execução do objeto, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante, em conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

6. CLÁUSULA SEXTA - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Do Recebimento do Objeto:

6.1. O objeto será recebido **provisoriamente**, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente **com** a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo fiscal do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

6.2. O objeto será recebido **definitivamente**, pelo fiscal do contrato, no prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do objeto e consequente aceitação mediante termo detalhado.

6.2.1. O prazo para o recebimento definitivo poderá ser *excepcionalmente* prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

6.2.2. Na hipótese de o recebimento definitivo não ser procedido dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizado, consumando-se no dia do esgotamento do prazo.

6.3. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando estiver em desacordo com as especificações constantes deste Termo de Referência e da proposta, devendo ser **substituído** no prazo estabelecido na **cláusula 5.12.2** do Termo de Referência.

6.3.1. Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará a contratada incorrendo em atraso na entrega e sujeita à aplicação das sanções cabíveis.

6.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.5. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

6.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do objeto nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Da Liquidação e do Pagamento

6.7. Após o recebimento definitivo do objeto e recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até **05 (cinco) dias úteis** para fins de liquidação e pagamento, prorrogáveis por igual período.

6.8. A nota fiscal deverá ser emitida sem rasuras, contendo como beneficiário/cliente a Câmara Municipal de Pará de Minas, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.931.994/0001-77, com a descrição clara do objeto do contrato, data da emissão, valor a pagar, eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis e demais informações necessárias.

6.9. Havendo erro/inconsistência na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, não respondendo a Câmara por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

6.10. A contratada deverá manter a regularidade fiscal e trabalhista exigida durante a vigência do contrato.

6.10.1. Constatada situação de irregularidade fiscal e trabalhista da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, sem prejuízo do pagamento pelo fornecimento já efetuado, para, num prazo exequível, fixado pela Contratante, regularizar a situação, ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, sob pena de rescisão contratual.

6.10.2. O prazo para regularização ou encaminhamento da defesa de que trata o subitem anterior poderá ser prorrogado à critério da Contratante.

6.11. O pagamento será efetuado de acordo com a Autorização de Fornecimento, por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em conta bancária indicada pela Contratada.

6.12. No caso de eventual atraso de pagamento pela Contratante, e mediante pedido da Contratada, os valores devidos serão atualizados monetariamente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), desde o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização.

6.13. É vedado ao contratado transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

Retenções Tributárias:

6.14. Sobre o valor devido ao contratado, a Câmara efetuará as **retenções tributárias cabíveis**.

6.14.1. Em observância ao Decreto Municipal nº 13.047/2023, **a contratante procederá à retenção do Imposto de Renda ao efetuar o pagamento referente a qualquer bem ou serviço contratado**, conforme disposto na Lei Federal nº 9.430/1996, combinada com o teor da Instrução Normativa nº 1.234/2012 da Receita Federal, de acordo com as alíquotas estabelecidas nestes normativos.

6.14.1.1. O valor bruto da contratação e os valores de Imposto de Renda a serem retidos na operação **deverão ser informados** nas notas fiscais, nas faturas, nos boletos bancários ou em quaisquer outros documentos de cobrança que contenham códigos de barras, sob pena de devolução do documento para correção.

6.14.1.2. O pagamento será efetuado pela contratante pelo valor deduzido da respectiva retenção.

6.14.2. Caso a contratada esteja enquadrada dentre as hipóteses em que não haverá retenção, previstas no art. 4º da **Instrução Normativa nº 1.234/2012 da Receita Federal**, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são **fixos e irrevogáveis** no prazo de um ano, contado da data do orçamento estimado, realizado em **15/04/2026**.

7.2. Após o interregno de um ano, e independente de solicitação do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela **CONTRATANTE**, do Índice Nacional

de Preços ao Consumidor Amplo - **IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1. Obrigações da Contratada:

8.1.1. Tomar todas as providências necessárias ao fiel cumprimento do Contrato;

8.1.2. **Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições**, no prazo e local indicados pela contratante, em estrita observância às especificações contidas no Termo de Referência e neste Contrato, acompanhado da respectiva nota fiscal;

8.1.3. Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

8.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados;

8.1.5. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela Contratante, atendendo prontamente a quaisquer reclamações;

8.1.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.1.7. Comunicar ao Fiscal do Contrato sempre que verificar condições inadequadas ou a iminência de ocorrências que possam vir a prejudicar o correto fornecimento do produto;

8.1.8. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou no contrato;

8.1.9. Indicar, logo após a assinatura do contrato e sempre que ocorrer alteração, um funcionário com plenos poderes para representá-la, assim como para decidir acerca de questões relativas ao contrato, bem como para atender aos chamados do gestor e do fiscal de contrato da Câmara, principalmente em situações de urgência, com base em contato feito por meio de telefonia móvel ou outro meio igualmente eficaz;

8.1.10. Fornecer números telefônicos, e-mail e/ou outros meios igualmente eficazes para contato do gestor/fiscal de contrato da Câmara com a Contratada, ainda que fora do horário normal de expediente, sem que isso gere qualquer custo adicional;

8.1.11. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham incidir na execução do contrato;

8.1.12. Providenciar, de imediato, a correção das deficiências apontadas pelo gestor/fiscal de contrato da Câmara com respeito à execução do objeto;

8.1.13. Providenciar a imediata troca do objeto que apresentar defeito/vício dentro do prazo da garantia legal ou, se superior, da garantia fornecida pelo Contratado, às suas expensas, de acordo com prazo fixado;

8.1.14. Indenizar a Câmara por todo e qualquer dano decorrente, direta e indiretamente, da execução do contrato, por culpa ou dolo de seus empregados ou prepostos;

8.1.15. Cumprir os prazos previstos no contrato/instrumento equivalente ou outros que venham a ser fixados pela Câmara.

8.1.16. Não permitir a utilização do trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, nos termos do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

8.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas;

8.1.18. Devolver à Contratante os valores integralmente pagos, caso não haja execução do objeto no prazo contratual (Orientação Normativa AGU 76/2023).

8.2. Obrigações da Contratante:

8.2.1. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações contidas neste Contrato e no Termo de Referência, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

8.2.2. Rejeitar todo e qualquer produto de má qualidade e em desconformidade com as especificações deste Contrato e do Termo de Referência;

8.2.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos Contratada em relação ao objeto do Contrato;

8.2.4. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no produto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

8.2.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da Contratada pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatada;

8.2.6. Efetuar o pagamento no valor correspondente ao fornecimento do objeto, prazo e forma previstos neste Contrato;

8.2.7. Proporcionar acesso e movimentação do pessoal contratado às suas instalações;

8.2.8. Decidir acerca das questões que se apresentarem durante a execução do contrato, se não abordadas no Termo de Referência;

8.2.9. Verificar a regularidade fiscal e recolhimento dos encargos sociais antes de efetuar cada pagamento;

8.2.10. Aplicar à Contratada as penalidades contratuais e regulamentares cabíveis;

8.2.11. Verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas **antes** de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato;

8.2.12. Emitir, de forma explícita, no prazo de até **1 (um) mês**, contado da data do protocolo, admitida a prorrogação motivada por igual período, decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do objeto, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, nos termos do art. 123 da Lei nº 14.133/2021;

8.2.13. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de **1 (um) mês**.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

9.1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

9.2. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

9.3. As partes responderão administrativa e judicialmente caso causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à Lei Geral de Proteção de Dados.

9.4. Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, o **CONTRATANTE**, para a execução do serviço objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes da **CONTRATADA**, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial e cópia do documento de identificação.

9.5. A **CONTRATADA** declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo **CONTRATANTE**.

9.6. A **CONTRATADA** fica obrigada a comunicar ao **CONTRATANTE** em até **24 (vinte e quatro) horas** qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Serão consideradas infrações administrativas, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado e aceito pela Contratante;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do objeto;
- f) praticar ato fraudulento na execução do objeto;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) **advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) **impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;
- d) **multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 45 (quarenta e cinco) dias;**
- e) **multa rescisória de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, em caso de inexecução parcial do contrato;**

- f) multa rescisória de 30% (trinta por cento)** sobre o valor do Contrato, em caso de inexecução total do contrato;

10.3. A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

10.4. Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, observados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

10.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação.

10.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada de eventual garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

10.7. O descumprimento parcial ou total, por uma das partes, das obrigações que lhes correspondam, não será considerado como inadimplemento contratual se tiver ocorrido por motivo de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificados e comprovados, cujos efeitos não eram possíveis evitar, ou impedir, nos termos do art. 393 do Código Civil.

10.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

11.1. O prazo de vigência do contrato será de **06 (seis) meses**, a contar de sua assinatura, improrrogáveis, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

11.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

12.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

12.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de **25%** (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

12.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, conforme art. 132 da Lei nº 14.133/2021.

12.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

13.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

13.3.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.5.3. Indenizações e multas.

13.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento da Câmara Municipal de Pará de Minas para o presente exercício financeiro, na dotação abaixo discriminada:

01.001.01.031.0003.4024 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE TODO O CORPO LEGISLATIVO

| |
|-------------------------|
| Elemento / Ficha |
|-------------------------|

| |
|--|
| 33.90.40.00.62 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação |
|--|

| |
|--------------------|
| Subelemento |
|--------------------|

| |
|---|
| 3.3.90.40.99 – Outros serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação |
|---|

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pela **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no site oficial da Câmara Municipal, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527/2011.

16.2. O contrato e seus aditamentos deverão ser divulgados em **20 (vinte) dias úteis**, contados da data de sua assinatura, conforme o inciso I do art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17.1. Fica eleito o foro da comarca de Pará de Minas, Estado de Minas Gerais, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/2021.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente documento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito.

Pará de Minas, ____ de _____ de 2026.

Presidente Câmara Municipal de Pará de Minas

Representante legal da Contratada